

Luís Saia, arquiteto (1911-1975): a descoberta, estudo e restauro das “moradas paulistas”

Jaelson Bitran Trindade

Historiador, Doutor em História Social e da Cultura pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), perito em patrimônio cultural, atuando na Superintendência do IPHAN em São Paulo desde o início de 1970, IPHAN, SP, Avenida Angélica, 626, (11) 3826-2517, jaelson.trindade@iphan.gov.br

Resumo

Em 1939, o arquiteto Luís Saia iniciou no Brasil os primeiros restauros completos de edifícios: construções em taipa de pilão, raros remanescentes do século XVII e princípios do XVIII na região de São Paulo. Suas realizações nesse campo têm marcas do “restauro reconstrutivo” e posicionamentos aproximados às formulações dos italianos Gustavo Giovannoni, Roberto Pane e Cesare Brandi. Saia se destacou no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (criado em 1937), pelo rigor teórico e metodológico, visão global e crítica e dedicação aos estudos históricos. Este artigo foca nos seus estudos e intervenções de restauro e nas inconsistências das críticas feitas a ele posteriormente.

Palavras-chave: Luís Saia, patrimônio cultural, arquitetura colonial brasileira.

Ao Saia

Luís Saia, estudante de engenharia e arquitetura e já ocupando a chefia regional, com sede em São Paulo, do recém-criado SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional efetuou em 1939 os primeiros restauros completos de edifícios, no Brasil, com obras simultâneas na Igreja e Residência de N. S. do Rosário do Embu e na igreja de S. Miguel Paulista. Esses edifícios religiosos eram remanescentes de duas aldeias de doutrina cristã criadas pelos jesuítas – a de S. Miguel, iniciada em meados do século XVI e do Embu, no começo do século XVII.

Os jesuítas reedificaram as instalações do Embu entre fins do século XVII e primeiro quarto do XVIII. A aldeia de S. Miguel passou para a Ordem de S. Francisco no final do século XVII e no decorrer do século XVIII os religiosos franciscanos fizeram obras de ampliação do templo, identificadas e mantidas na operação de restauro executadas sob a orientação de Luís Saia. Essas construções, já vetustas no momento de criação do SPHAN, eram, a todos os títulos, exemplares raríssimos. E se encontravam em estado de alta degradação, principalmente no caso do Embu¹.

Essas as obras paulistas de arquitetura eram construções em terra (taipa de pilão e/ou taipa de mão [pau-a-pique]), sistema construtivo característico no processo de ocupação territorial através do planalto interior, diferenciando-se, portanto, das construções de pedra e cal, predominantes nas principais cidades do Brasil da época colonial e imperial - todas no litoral ou nas proximidades dele, nas quais, à época da criação do IPHAN (1937), ainda restavam conjuntos e unidades bastante significativos da nossa formação social.

Em seguida, principiou a obra de restauro de um conjunto composto por casa-sede de fazenda e uma capela alinhada a poucos metros dela: casa-grande e capela dedicada a Santo Antônio de Lisboa, “restos” do Sítio Santo Antônio (ou, mais antigamente, Sítio de Boiprossugava), na área rural do município de São Roque, a cerca de setenta quilômetros da cidade de São Paulo. Os dados obtidos levavam a situar em meados do século XVII a construção da casa-grande do Sítio Santo Antônio. Quanto à capela, o proprietário do sítio obteve em 1681 a licença para erguê-la, e em 1686 ela foi benta.

¹ Na década de 1910 o prefeito de S. Paulo, Washington Luís, promoveu uma reforma na fachada do templo, alterando em muito a sua configuração, mas não o salvou do arruinamento e abandono pouco tempo depois. Saia escreve sobre isso no “Compromisso de Brasília” que editou em 1970: “Ao tempo da sua restauração foi encontrado num estado de ruína lastimável (...), com suas partes de habitação caindo de abandono, paredes ruindo, envasaduras abertas, com cavalos e água de chuva entrando por todos os lados”.



Figura 1: Luís Saia, outubro de 1970. Fonte: Fotografia não identificado. Acervo do autor do artigo.



Figura 2 (topo): Capela de S. Miguel, no bairro de São Miguel Paulista, São Paulo - SP. Antes do restauro. Fonte: Foto de Germano Graeser, 1937. Arquivo do IPHAN-SP.

Figura 3: As obras de restauro da Capela de S. Miguel, foto de 1940. Detalhe da porta de entrada. Com inscrições e data: 1622. Preparo para introduzir reforço (cinta) de concreto. Fonte: Arquivo do IPHAN-SP.





Figura 4 (topo): O estado da Igreja de N. S. do Rosário de Embu e antiga Residência dos Padres, durante o restauro, em 1939-40. Embu, tal como São Miguel era um pequeno aglomerado, um sítio nos arredores da capital paulista. Fonte: Arquivo do IPHAN-SP.



Figura 5: Igreja de N. S. do Rosário do Embu, no início do século XX. Fonte: Arquivo do IPHAN-SP.

² O poeta, romancista, etnógrafo e musicólogo paulista Mário de Andrade foi autor do Ante-Projeto do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que elaborou em 1936 com a colaboração de Luís Saia. Entre 1937, quando o Serviço foi institucionalizado e 1939, Mário foi o Assistente, em São Paulo, da Direção-Geral, sediada no Rio de Janeiro, então Capital Federal. A partir de 1939, Saia assumiu a chefia em São Paulo, permanecendo nesse posto até 1975, quando faleceu.

³ SAIA, Luís. *Morada paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 39.

⁴ Idem, p. 142: “Localizam-se os exemplares mais antigos, numa área de 50 km de raio entorno do fulcro paulistano de colonização”.

⁵ SAIA, Luís. *Morada...*, op. cit., p. 111.

Figura 6: «Restos» do Sítio Mandu, em Cotia - SP. Construção da «época dos bandeirantes». Detalhe da vista geral da casa. Fonte: Foto de Germano Graeser, 1940.

Foi o primeiro trabalho de salvaguarda das mais antigas casas paulistas de morada, construídas, tal como os templos, em terra e madeira. As operações de salvaguarda desses testemunhos puderam ter início na medida em que Mário de Andrade, um dos criadores do SPHAN,² comprou e doou o “Sítio Santo Antônio” ainda em vida ao governo federal, via disposição testamentária (ele faleceu em 1945).

Essa sede de estabelecimento rural havia sido documentada desde o início do SPHAN em S. Paulo (1937). E não somente ela: um conjunto de velhas casas espalhadas no município de São Paulo (vila criada em 1560), e em municípios vizinhos cuja ocupação teve início nos primeiros anos do século XVII foi localizado e registrado por Luís Saia e Mário de Andrade e o fotógrafo Germano Graeser. Estavam em zonas de acesso precário, “afastadas das vias normais de comunicação e isoladas daqueles pontos que os séculos seguintes haviam preferido como focos de sediação humana”.³ E, fisicamente, na sua maioria, degradadas.

Uma dúzia de edificações-tipo, incluído o Sítio Santo Antônio, foi localizada na zona de mais antigo povoamento (o vale do rio Tietê, que

banha a cidade de S. Paulo e corre para o interior)⁴ – ruínas, só ruínas disse Mário de Andrade, de quem Luís Saia foi auxiliar, no SPHAN, até 1939. Saia constatou que, embora bem deterioradas, muitas das antigas casas rurais encontradas – e é bom frisar isso – puderam manter, **“mesmo quando parcialmente mutiladas (...), a mesma clareza do plano primitivo”**.

Da casa do Sítio Padre Inácio (Cotia – SP), afirma que ela **“conservou integralmente as soluções plásticas e técnicas”** (negritos meus - JBT),⁵ apesar do mau estado em que se encontrava. Outras casas, em situação igual ou pior, como as dos sítios Mirim, Calú, Querubim, Ressaca e Mandu, também se mantinham bastante íntegras. A do Sítio São Romão e a do Santo Antônio tinham modificações e agregações parciais, tardias e visíveis.

Portanto, devemos ter as nossas moradias correntes construídas para que durem e para que sejam gratas; (...) o grau de semelhança entre umas e outras, em estilo e modo, eu direi logo sob outra epígrafe; porém, de qualquer maneira, com tais diferenças como possa alcançar e expressar o caráter e a ocupação de cada homem e parcialmente sua





Figura 7: A casa-grande e capela do Sítio Santo Antônio, em S. Roque - SP, no estado em que se encontrava em 1937, quando foi registrado pelo antigo SPHAN. Fonte: Fotografia de Germano Graeser, 1937. Arquivo do IPHAN - SP.

⁶ RUSKIN, John. *Las Siete Lámparas de la Arquitectura*. Pamplona: Aguilar, 1964, Capítulo VI – La lámpara de la memoria., p. 207.

⁷ E também da passagem da propriedade do Sítio do Padre Inácio para a União/IPHAN, doação esta que também permitiu as seguintes intervenções para a salvaguarda e valorização dessa sede rural, conforme Cristiane GONÇALVES. *Restauração arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975*. São Paulo: Annablume, 2007, p. 57, n. 21.

⁸ SAIA, *Morada...*, op. cit., p. 106.

⁹ Idem, p. 138.

¹⁰ Idem, p. 24.

*história. Este direito sobre a casa imagino que pertence a seu primeiro construtor e deve ser respeitado pelos seus filhos. (John Ruskin, As Sete Lâmpadas da Arquitetura, Capítulo VI – A lâmpada da memória)*⁶

Pela importância artística e documental dessas construções e, pelo fato de se conseguir um meio de trasladar a posse da propriedade privada para a esfera pública, caso do acima citado Sítio Santo Antônio ou,⁷ ainda, em razão de acordos obtidos com a Igreja Católica e o poder municipal para um uso público (museus), foi possível intervir nelas antes que mais alterações, demolições, remendos e ruínas comprometessem as suas qualidades arquitetônicas e/ou as suas existências físicas de modo irremediável. As peças mais antigas, datáveis entre o início do século XVII e a primeira metade do século XVIII, eram de fato bastante raras e pediam urgente intervenção.

Uma vez assumida a responsabilidade pelo SPHAN em São Paulo, Saia se destaca desde logo, na instituição, pelos estudos e pesquisas que realiza, pelos critérios consistentes com que enfrenta o tema da preservação e as necessidades de intervenção – via restauro – com vistas a esse objetivo, um

campo praticamente virgem, então, no Brasil. Os “restos” ou testemunhos identificados não serão analisados em si mesmos, mas no conjunto de bens remanescentes e como expressão de uma formação sócio-histórica, como ele explicita já em 1945, ao analisar a arquitetura rural paulista do ponto de vista artístico e documental, lançando sobre tais “restos” questões que ele, “engenheirando”, lança sobre o seu presente: quais os problemas em que condições (sócio-históricas) foram edificadas tais obras; o que as construções contam dos seus proprietários, seus usuários, seus artífices.⁸

Tudo era novo. Essa arquitetura do “segundo século” da colonização do Brasil, em São Paulo, sua conformação, era algo desconhecido. A posição tomada foi de que uma intervenção deveria ser calçada em critérios condizentes com as especificidades e características que apresentavam, respeitando a sua unidade plástica e documental.⁹ Na concepção de Luís Saia, “trate-se da arquitetura da ‘classe dirigente’, trate-se da ‘habitação popular’, no estudo, apreciação e consideração dos monumentos os fenômenos artísticos e arquitetônicos devem ser entendidos dentro dos quadros de uma sociedade, de uma economia, de uma cultura”.¹⁰



Figura 8 (topo): Capela de Santo Antônio de Lisboa, cujo nome acabou se estendendo ao Sítio de Boiprossugava, através do vínculo de propriedade ao padroeiro. O alpendre ou o coberto sobre a porta já havia ruído. Fonte: Fotografia de Germano Graeser, 1941. Arquivo do IPHAN - SP.

Figura 9: A Capela do Sítio Santo Antônio, restaurada nos anos 1940, tal como se encontra na atualidade. Fonte: Fotografia de Bruno Antônio Netto, 2007. Arquivo do IPHAN - SP.



¹¹ VIEIRA, Antônio. *Sermões*. Padre Antônio Vieira. Tomo II. Organização e introdução, Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2001, p. 59.

¹² AZEVEDO, Paulo Ormino de. Alpendres na Arquitetura Religiosa: revendo as teorias. *Barroco*, Belo Horizonte, nº 12, p.71-85, 1982/83; MOURA FILHA, Maria Berthilde. Arquitetura e arte no Brasil colonial – uma miscigenação de formas e fazeres, *Anais do II* ... continua próxima página...

Figura 10: Capela de N. S. da Cabeça, de antigo engenho de açúcar carioca, obra de meados do século XVII. O terreno onde está essa capela acha-se incorporado ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Fonte: Fotografia de Halley Pacheco de Oliveira, 2009, em Wikimedia Commons: <commons.wikimedia.org/wiki/File:Capela_nossa_senhora_cabeça_vista_frontal.jpg>

O estudo e intervenção prática na arquitetura das capelas de S. Miguel Paulista e do Sítio Santo Antônio, bem como as prospecções feitas em outras casas-grandes rurais com tipologia similar, suscitaram, desde logo, uma análise histórico-arquitetônica e uma tentativa de interpretação dessas obras.

Saia, estudioso da arquitetura

Assim o cuidaram os que medem os homens pelas casas. O erro por que muitas vezes se não acertam as eleições dos ofícios, é porque **se buscam os homens grandes nas casas grandes, e eles estão escondidos nas casas pequenas: *Ecce absconditus est domi***. (Padre Antônio Vieira, Sermão da Terceira Dominga do Advento, [pregado] na Capela Real, ano de 1644. Negrito meus - JBT)¹¹

O problema apresentado pelas capelas alpendradas a serem restauradas, uma delas, a do Sítio Santo Antônio, com o alpendre já desaparecido, do qual restavam apenas alguns vestígios materiais em

relação ao emadeiramento e colunas de sustentação, foi tratado na perspectiva de uma compreensão geral de sua ocorrência no Brasil-Português, num estudo que até hoje é referência e base de alguns poucos que prosseguiram nesse tema até o momento.¹² Data de 1939 o seu estudo sobre “Os alpendres nas capelas brasileiras”.

O artigo de Saia sobre as capelas alpendradas foi publicado passado dois anos da inserção do artigo de Mário de Andrade sobre “A Capela de Santo Antônio” no número 01 da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Na abordagem desse exemplar paulista, o jovem estudante de engenharia já dera a sua colaboração.

No caso das igrejas e capelas paulistas e brasileiras dos séculos XVI ao XVIII, sabe-se que invariavelmente tinham sobre a porta de entrada um alpendre, ou seja, um espaço vazado e coberto suportado por arcos ou pilares, tal como nos templos portugueses e espanhóis da época.





Figura 11: Capela de N. S. da Conceição no lugar de Brancas, Vila da Batalha, Portugal. Aquarela de Inês Neves. Fonte: Cortesia da autora (para ver este e outros trabalhos desta artista portuguesa: <artederecordaravida.blogspot.com>).

... continuação nota 12 ...

Encontro Internacional de História Colonial – *Mneme*, Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008 – acesso em <cerescaico.ufrn.br/mneme/analises>

¹³ SAIA, Luís. *Morada...*, op. cit., p. 128.

¹⁴ Idem., p. 103.

¹⁵ SAIA, *Morada...*, op. cit., p. 69.

¹⁶ Idem, p. 129-130.

Ao lado do estudo dos alpendres de capelas, Saia analisou e estudou com acuidade as casas-grandes descobertas nos primeiros trabalhos de inventário histórico-artístico. E em 1945 redige o texto que publicou no volume 8 da Revista do SPHAN, referente ao ano de 1944: “Notas sobre a Arquitetura Rural Paulista do Segundo Século”. Em 1955 publica outro estudo sobre o tema, num pequeno livro: *A Casa bandeirista*, retomando as análises numa série de artigos publicados entre 1955-56, que constituíram o volume editado pela revista *Acrópole*, sob o título de *Notas sobre a Evolução da Morada Paulista*.

Esses estudos sobre a “morada paulista”, publicados em 1945 e 1955-56, abarcaram problemas de organização espacial, esquema construtivo, expressão plástica e seus significados.¹³ De leitura indispensável, são “Uma tentativa de interpretação”, como ele mesmo subintitula o livro *A casa bandeirista*. O

tema, como ele mesmo declara nas “Notas” de 1945, ficava carecendo de uma monografia que aprofundasse, com investigações e estudos, o seu conhecimento: “muita coisa dessa época [das casas] – diz ele - resta por estudar”.¹⁴

Estudando o tema da habitação dos colonos paulistas nos primeiros 200 anos de conquista e povoamento da região, do ponto de vista da “definição arquitetônica, plástica e funcional do edifício”,¹⁵ mais particularmente as sedes de estabelecimentos rurais que agregavam a força de trabalho na produção, Saia buscou entender as relações que se estabeleceram entre o habitante daquelas unidades, o tipo de sociedade em que ele se inseria e o espaço arquitetônico que foi produzido: a casa da sociedade bandeirista, o sítio de morada e, ao mesmo tempo, centro da produção econômica da época, eminentemente rural – a casa e o território como objeto de preocupação.¹⁶

Um fenômeno específico, no que se refere à configuração sócio-histórica regional, era sabido: ocupação precoce do interior da terra, num altiplano, e uma economia baseada na guerra e apresamento de indígenas – o bandeirismo – para uma produção em regime de servidão – o sertão transformado numa Angola americana.

De cerca de 1610 em diante, a partir da Vila de São Paulo se desenha uma ocupação intensiva do planalto num raio que alcança 100 km, principalmente na diretriz do vale do rio Tietê, área que vai ser pontilhada, no decorrer de dois séculos, pelas casas dos afazendados (grandes e médios produtores, proporcionalmente à economia regional) construídas com terra, e boa parte delas de terra apiloada (paredes maciças, ciclópicas), com a dominância de soluções arquitetônicas peculiares – a planta-tipo da qual fala Luís Saia.

Um território: o uso dos recursos internos da terra a ser dominada e colonizada, tanto dos ele-

mentos naturais como da força de trabalho e de conhecimentos colhidos aos autóctones. Convivências e alianças com grupos nativos, por um lado, mas juntamente uma hierarquia de posições e mando por parte do colonizador; por outro, guerra e redução de grupos nativos ao trabalho compulsório nas áreas colonizadas. E assim vai se desenhando, se consolidando a sociedade paulista planaltina. Tal foi a compreensão que teve Luís Saia dos processos de configuração do território ao longo dos dois séculos iniciais, visualizados a partir da cultura material: a morada paulista.¹⁷

Saia não trata da casa como algo que denota prestígio, mas como um objeto de estudo científico. Ou seja, a obra é entendida como documento e unidade plástica forjada por uma dada formação social regional peculiar nos quadros da colonização do Brasil. Entende que a fisionomia de uma sociedade se expressa na arquitetura e na arte, assim como “nas alfaías, no vestuário, na maneira de ser e até na alimentação e na fala”.¹⁸

¹⁷ SAIA, *Morada...*, op. cit., p. 127.

¹⁸ Conforme o texto que escrevi para a exposição Luís Saia: memória e política, elaborada com mais companheiros. Ver a publicação coordenada por Carlos Roberto Monteiro de ANDRADE, *Luís Saia: memória e política*, Brasília-DF, IPHAN, 2014, p. 56. A referência de base é o livro *Morada paulista*, op. cit., p. 138-139.

Figura 12: Casa-grande do Embu. Fonte: Fotografia de Germano Graeser. Arquivo do IPHAN.



A visão inicial dada por Mário de Andrade de que os critérios para apreciar essas construções deviam ser antes de tudo históricos, já havia ficado para trás. E que não se confunda essa ideia transmitida por Mário, em 1937, ao Diretor-Geral do IPHAN Rodrigo Melo Franco, com a aproximação historiográfica, crítica, com que Saia buscou, depois desse primeiro momento, entender as obras e sua criação.

A questão da morada dos colonos paulistas da “classe dirigente”, dos “senhores da terra” – únicos remanescentes de habitações da larga fase de instalação e consolidação do espaço colonial, não é vista por ele de modo isolado. O conjunto formado pelos doze exemplares apresentava uma “identidade de época, técnica e funcionamento”,¹⁹ caracterizando condições regionais peculiares, em termos sociais e territoriais. Verifica-se que nesses “restos” ou testemunhos uma planta-tipo, mas que é “repetida com riqueza de variantes”.²⁰ Enquanto “restos” ou traços materiais, enquanto conjunto, distribuídas num dado território, essas casas foram uma descoberta do IPHAN. E o mérito disso cabe ao Luís Saia e ao Mário de Andrade.

Esses “restos” representam um partido arquitetônico que sentou praça e que permaneceu até o último quarto do século XVIII nessa sociedade planaltina, ainda substancialmente assentada numa economia policultora comercial. Por isso, Luís Saia chama a atenção para o fato de que nem todos os exemplares estudados datariam do século XVII, abarcando também a primeira metade do XVIII. No caso, o que lhe importa realçar é que “como interpretação funcional, esta solução de planta só poderia alcançar o consentimento coletivo, como de fato alcançou, na medida em que respondesse rendosamente aos termos de um programa peculiar com substância econômica, sociológica, religiosa e doméstica”.²¹

Segundo ele, para o entendimento da evolução da morada paulista o importante é que todos os exemplares que documentou e estudou apresentam, além da variedade e das diferenças na solução arquitetônica, “constantes de planejamento, técnica e funcionamento, que sobrevivem às modificações sociais, à mudança de condições de época”.²²

Desde a primeira década do século XVIII, o fato básico é a dificuldade em obter mão de obra indígena através das incursões das bandeiras, a consequente

escassez de braços para a lavoura, a necessidade de comprar no mercado o escravo de procedência africana, e mais a diminuição de escala dos produtos de exportação, como o trigo, algodão e tabaco, e até aguardente, ou mesmo o abandono dos cultivos mais extensivos, e o foco posto na produção comercial de mantimentos – feijão, milho, mandioca, suínos; algum gado vacum e equino; pequenos engenhos de fabricar aguardente.

Para além dos exemplares de residências que Saia analisa em seus escritos, vale assinalar aqui um que ele não conheceu, mas que se encaixa bem no que foi dito – seguindo, no geral, a planta-tipo: as “casas novas de taipa de pilão” no sítio de morada avaliado no inventário *post mortem* datado de 1768 de Antônio da Cunha Gago, no bairro da Ajuda, em Itaquaquecetuba (antigo bairro de Mogi das Cruzes – SP), que será comentado neste artigo, mais adiante.

Enquanto estudo histórico há, no trabalho sobre as capelas, mas, sobretudo, no estudo da “morada paulista”, um salto significativo do ponto de vista teórico-metodológico em relação ao primeiro trabalho que Luís Saia publicou aos 24 anos de idade, cujo assunto foi também a casa, mas a “casa brasileira”. Em março de 1936, Saia publica o artigo, ensaístico, intitulado “Origens da Casa Brasileira” na revista *Panorama*, ligada à Ação Integralista Brasileira (AIB) e sua Sociedade de Estudos Políticos (SEP), das quais ele era cofundador, juntamente com muitos outros jovens estudantes, alunos de Direito na sua maioria. Um dos nove pontos ou princípios que Plínio Salgado, o líder integralista apresentou na inauguração da SEP, estabelecia: “Somos pela consulta das tradições históricas e das circunstâncias geográficas, climáticas e econômicas que distinguem nosso país”.

No artigo, Saia procura definir onde estão e quais são as realizações da época colonial que podem trazer – “de acordo com o moderno conceito de arquitetura”, diz ele – elementos que contribuam para a solução preconizada de uma “casa brasileira”. Na opinião de Saia, essa solução, deve conter o que ele denomina de uma “quarta” dimensão: o elemento tradicional.²³

À parte de ser uma análise que convalida o ideário integralista, porque acentua e valoriza o Brasil-Rural,

¹⁹ SAIA, *Morada...*, op. cit., p. 62.

²⁰ Idem, p. 143.

²¹ Idem, p. 33.

²² SAIA, *Morada...*, op. cit., p. 67.

²³ SAIA, *Luís. Origens da Casa Brasileira*, *Panorama*, n. 3, março de 1936, p. 38.

24 VALENTINI, Luísa. *Um laboratório de antropologia: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss (1935-1938)*. São Paulo, Universidade de São Paulo, FFLCH, Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia, 2011. Acesso em: <teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-06062011-132611/publico/2010_LuisaValentini.pdf>. O trabalho de Luísa Valentini foi editado em 2013, com o mesmo título, pela Editora Alamed, de S. Paulo.

25 Todos os números editados da *Panorama* (os dois primeiros com dedicatória de um dos diretores da publicação) estão na “Coleção Mário de Andrade”, que faz parte do acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

26 ANDRADE, Mário de. *Mário de Andrade: cartas de trabalho. Correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Sphan; Pró-Memória, 1981, p. 65.

27 VALENTINI, Luísa. Nos “arredores” e na “capital”: as pesquisas da Sociedade de Etnografia e Folclore (1937-1939), *Ponto Urbe*, n. 5, Revista do Núcleo de Antropologia Urbana, USP. Acesso em: <pontourbe.revues.org/1355>.

28 SAIA, Luís. Um detalhe de arquitetura popular. *Revista do Arquivo Municipal*, ano 4, vol. XL, p. 15-22, out. 1937.

29 No ano de 1937 a Ação Integralista Brasileira, da qual fazia parte Luís Saia desde 1932, vinha conspirando para estar à cabeça de um governo autoritário no Brasil. Fraudado esse projeto, pela concentração do poder na pessoa de Getúlio Vargas, no final desse mesmo ano, a direção da AIB, estimulado pelo extraordinário número de adeptos, rompe com o governo federal e tenta um levante armado, em maio de 1938, para tomar o poder. É, então, desbaratada e proscrita.

30 LOWANDE, Walter. *Os sentidos da preservação: história da arquitetura e práticas preservacionistas em São Paulo (1937-1986)*. Dissertação de Mestrado, UFOP Mariana - MG, 2010, p. 77.

um modelo primário exportador secular, ainda prevalente, mas que começava a ser abalado pelas principais transformações econômicas e sociais, de caráter urbano-industrial, essa busca das fontes da tradição construtiva e arquitetônica firmada no mundo rural, tal como as inquietações com as tensões entre a tradição e a modernidade, com os debates e vias de soluções para a coletividade, foram, sem dúvida, pontos de aproximação entre Luís Saia e Mário de Andrade.

Mais ainda: Em 1935 fora publicado o ensaio de Mário de Andrade denominado “O Aleijadinho e Álvares de Azevedo”, com o qual o pequeno artigo de Saia demonstra ter grandes afinidades. Minas e o Aleijadinho são pontos fulcrais no texto da *Panorama*: concordâncias e, pode-se dizer, um certo arrebatamento, em Luís Saia, pelo fenômeno urbano-arquitetônico e artístico da antiga Minas Gerais do Ouro, por Ouro Preto e pelo famoso escultor setecentista Antônio Francisco Lisboa, alcunhado de “Aleijadinho”.

A publicação do estudo de Saia coincide com o seu ingresso, no mês de abril do mesmo ano - no mês seguinte, portanto - no Curso de Etnografia que Mário de Andrade promovia no Departamento de Cultura do Município de São Paulo,²⁴ ministrado pela antropóloga francesa Dina Dreyfus que, juntamente com o seu companheiro, Claude Lévi-Strauss fez parte da “missão francesa” (Pierre Mombeig, Fernand Braudel, Paul-Arbousse Bastide e outros mais), que veio destinada à recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Aliás, a revista *Panorama* com o artigo sobre a “casa brasileira” chegou às mãos de Mário de Andrade - assim como os demais números do mensário - por oferecimento dos editores.²⁵

É bastante conhecido o trecho duma carta que Mário de Andrade, como Assistente-Técnico do SPHAN em S. Paulo, envia em abril de 1937 ao Diretor-Geral, Rodrigo Mello Franco, propondo a contratação de Luís Saia para seu Auxiliar, dizendo que o jovem “engenheirando” tem o defeito de ser integralista, porém, não é passadista.²⁶

Há indicativos do interesse de Saia, desde que ingressou na Politécnica, pelas questões de ordem técnica, histórica e social no campo da arquitetura e da cidade. Na SEF - Sociedade de Etnografia e

Folclore, criada no final de 1936, um desdobramento do Curso de Etnografia, como registra Luísa Valentini, ele apresenta pesquisas feitas em Carapicuíba e em Bertioga, dentro de uma perspectiva “etnográfica”.²⁷ Sua pesquisa sobre técnicas construtivas populares, apresentada em conferência, é publicada em outubro de 1937 na *Revista do Arquivo Municipal*,²⁸ do Departamento de Cultura dirigido por Mário de Andrade. Saia já é um franco colaborador de Mário, e não só na SEF, mas atuando com ele na elaboração do Ante-Projeto do SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Não por outros motivos Mário de Andrade confiou a Luís Saia a chefia da “Missão de Pesquisas Folclóricas no Norte e Nordeste do Brasil”, realizada no decurso de seis meses, numa viagem que, ademais das experiências vividas, resultou num riquíssima coleta destinada à Discoteca Municipal de S. Paulo, sob a forma de gravações sonoras, filmes, fotografias, numerosíssimas anotações musicais e desenhos relativos à música e demais aspectos da cultura popular das regiões percorridas, e variadíssimos objetos etnográficos representativos das manifestações musicais e religiosas, principalmente dos cultos afro-negros e ameríndios, dos costumes, etc.

Entre 1936 e 1939, quando dos primeiros anos de convivência direta com Mário de Andrade e o ambiente intelectual em torno da Escola de Sociologia e Política e da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, recém-estabelecidas, o jovem “engenheirando” (estudante de Engenharia e Arquitetura), que no final de 1937 já é contratado como auxiliar do Assistente do SPHAN (Mário de Andrade), reconfigura a sua visão de mundo.²⁹ Nos estudos e experiências de trabalho que desenvolve, seu método de análise vale-se do arcabouço teórico adquirido na sua formação “engenherática”, racional, científica,³⁰ bem como dos conhecimentos de ordem etnográfico, sociológico e filosófico de que vai se municiando.

Segundo recorda o próprio Luís Saia, a leitura que fez com sofreguidão da obra de Gilberto Freyre (*Casa Grande e Senzala*, 1933) e de Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*), na segunda metade da década de 1930, funcionou como tábuas de salvação, afastando-o do saudosismo aristocratizante e do nacionalismo ufanista. Aproximou-se criticamente do objeto de estudo - a morada paulista do “tempo

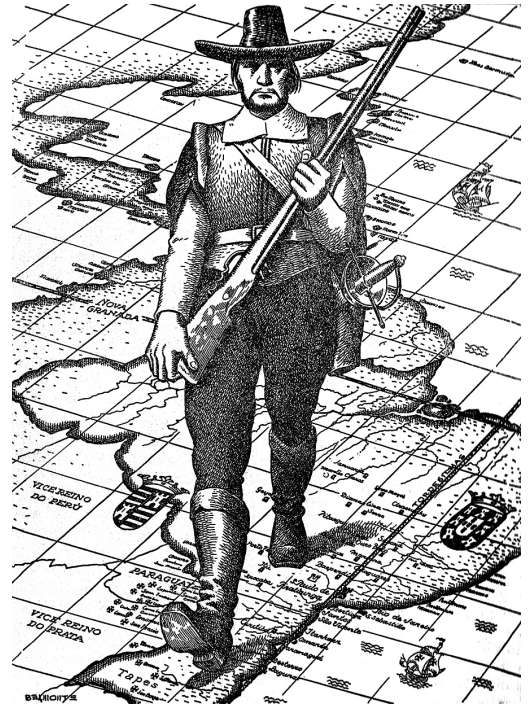
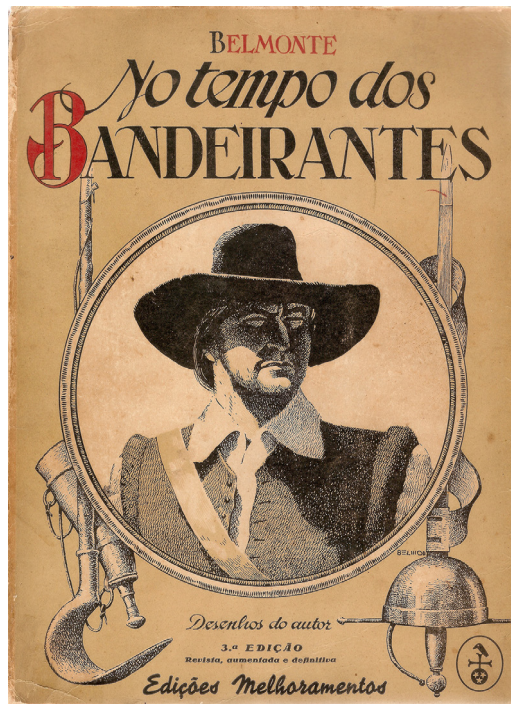


Figura 13: Os bandeirantes de São Paulo, na crônica e no desenho Belmonte, nas décadas de 1930-40. Figura da esquerda - capa da 3ª edição (1943) do livro *No tempo dos Bandeirantes*, publicado em S. Paulo (Melhoramentos), em 1938. Figura da direita - “A mobilidade bandeirante”, ilustração para o livro *Curso de Bandeirologia*, Departamento Estadual de Informações, S. Paulo, 1946, p. 147.

³¹ Esses depoimentos foram publicados em livro com o mesmo título em 1945. Esse trecho do depoimento de Saia é bastante significativo: “(...) o que parece nortear a atividade das duas gerações de que falamos é o problema social. E o problema social nos propõe necessariamente uma definição de reação ou de revolução, no sentido de ou aceitarmos sem restrições as formas de vida da burguesia ou então optarmos por uma forma de vida não burguesa.” Em crônica de 3 de dezembro de 1943, no *Diário de São Paulo*, Oswald de Andrade ... continua próxima página...

das bandeiras”, ao contrário da literatura corrente na primeira metade do século XX, que buscava conceber a grandeza industrial, agrária e urbana de São Paulo como resultado de uma “raça de gigantes”, os bandeirantes, numa linha e continuidade passado-presente-futuro. Pelo contrário, Saia se orientou no sentido de perceber diferenças, descontinuidades, conflitos na formação do coletivo social paulista.

Nessa altura, o jovem Saia já tinha abjurado o credo integralista, afeiçoando-se ao comunismo, numa adesão a princípios do materialismo histórico como instrumento de análise e compreensão da sociedade, e a uma busca pela igualdade e justiça social, atento às necessidades da coletividade. Na entrevista que concede no final de 1943 ao jornal *O Estado de São Paulo*, para a série de depoimentos intitulada “Plataforma da Nova Geração”, Saia explicita as posições intelectuais e políticas que tomou.³¹

A contribuição de Saia para a historiografia paulista da época colonial tem sido subestimada, no que se refere ao conhecimento da sociedade colonial e sua cultura material. Seus trabalhos seguem os passos de uma operação historiográfica crítica,³² afastada de

qualquer viés passadista e, digamos, monumentalista, desde a realização desses primeiros estudos para o patrimônio. Eles inovam a historiografia, tanto em relação à arquitetura no Brasil, como à historiografia de São Paulo na época do “bandeirismo”, ao abordar as formas de construir e ao utilizar na análise dos dados conceitos operativos como classes (classe dominante, classe dirigente), relações de poder, relações de propriedade, etc.

As suas análises apontam para temas que até hoje ainda estão por investigar, em relação aos dois primeiros séculos da colonização no território paulista, tais como: estruturas agrárias, valor da propriedade imobiliária, estratificação social e “marginalização” em relação a uma dinâmica de mercado característica da época, da exportação internacional de cultivos como é essencialmente, no XVI e XVII, o caso da monocultura da cana que mobiliza o Nordeste, o Leste ao faixa fluminense, no Sudeste.

Em que pese o fato de Luís Saia até o início da década de 1960 ver na ocupação planaltina paulista resíduos de formação feudal-militar: ação de guerra

... continuação nota 31 ...

comenta essa série de entrevistas e saúda Luís Saia: “Ouço com prazer a voz da geração que me sucede no depoimento inteligente, corajoso e rico de Luís Saia, neste momento publicado. Enfim, passou um grande trem na plataforma vazia onde o Sr. Neme exerce as funções de chefe de estação” – ANDRADE, Oswald. Telefonema. Obras Completas X. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974, p. 93-94..

32 RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007, p. 305-306. Conforme Justo SERNA e Anacleto PONS, a propósito da posição de Carlo Ginzburg “diante do problema da verdade histórica e sua relação com a retórica”, problema capital da historiografia, a operação historiográfica é uma “conjunção entre o conhecimento baseado em provas e as reconstruções feitas sob a em forma de possibilidade”, acrescentando que “o protagonismo do historiador” não é o de inventar, e sim porque constrói um relato dentro de um leque de possibilidades que imagina” - *Cómo se escribe la microhistoria*. Madrid: Cátedra, 2000, p. 224-225.

33 Em princípio, a historiografia europeia e portuguesa localiza o “regime senhorial” entre os séculos XI e XIII, mas reconhecem permanências, em vários âmbitos, de relações senhoriais e feudais na chamada Era Moderna - séculos XVI ao XVIII. A discussão no campo historiográfico ainda é grande, nesse sentido.

34 CASTRO, Armando. *Camões e a Sociedade do Seu Tempo*. Lisboa, Caminho, 1980.

35 Idem, p. 45. Nesse sentido, essa obra de Castro é citada por Antônio Carlos Robert MORAES, no livro *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*, São Paulo, Hucitec, 2000, p. 175.

36 MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994; BLAJ, Ilana. *A trama das tensões*. ... continua próxima página...

nos sertões (selvas) como uma constante social para obtenção de força de trabalho servil e tentativas de achar metais e pedras preciosas – metas traçadas desde o começo da colonização na região e, ainda, a produção econômica sendo apropriada por força aos trabalhadores pelos donos da terra - embora isso geralmente estivesse revestido da forma de administração particular da força de trabalho, ou seja, sob a direção e mando dos colonos (na verdade, escravidão; uma escravidão disfarçada), os seus estudos representam, ainda hoje, um avanço no conhecimento daquela sociedade e suas configurações, em termos da produção de uma espacialidade, em termos de sua história material.

A categorização histórica de feudal ou semifeudal para o Brasil-Colônia que o arquiteto do IPHAN utiliza, no sentido de acentuar relações pré-capitalistas, será a mesma dada por outros estudiosos seus contemporâneos, como Álvaro Vieira Pinto, Inácio Rangel e Werneck Sodré, entre outros que, como ele, viam a história pelo viés da teoria materialista da história, desenvolvida por Marx. Na atualidade, ou seja, nos últimos 40 anos, a historiografia de Portugal – e também do Brasil – tende a tratar essa questão das formações sociais no período entre fins do século XV e inícios do XIX, sob as designações de “sociedade semifeudal” ou “sociedade senhorial”,³³ e/ou “Sociedade do Antigo Regime”; no que se refere ao Brasil, as designações mais correntes são “antigo sistema colonial português” e “sociedade senhorial-escravista”. Armando Castro (1918-1999), da Universidade do Porto, que estudou a fundo e em documentação primária, inclusive, a economia medieval portuguesa, abordando o século XVI (1980),³⁴ afirma que “se nesse período histórico (...) sobrevieram modificações que não se podem ignorar, o certo é que a argamassa em que se assentava a classe senhorial era a que vinha da época medieval”.³⁵

Não podemos esquecer que só com os estudos de John Monteiro (University of Chicago, 1985; tese publicada em 1994) e Ilana Blaj (tese, FFLCH-USP, 1995)³⁶ é que se pôde ter um conhecimento maior sobre o trabalho escravo do indígena e a produção econômica em São Paulo colonial, policultora, na qual pontificava a triticultura comercial. Sabe-se quase nada, ainda hoje, a respeito de outros plantios comerciais, tais como algodão, fumo, cana para aguardente, e a pecuária para a salga de carnes, que também incrementavam na segunda metade do

século XVII as incursões para aprisionar contingentes indígenas e trazê-los para o trabalho cativo nas propriedades rurais paulistas, e utilizá-los também nas atividades de transportes de gêneros. Por outro lado, é relativamente recente – data do final da década de 1970 – o aprofundamento dos debates e estudos sobre a base escravista da economia colonial brasileira.

Os escritos de Luís Saia, por certo se ressentem dessas limitações da historiografia sobre São Paulo colonial. Vigorava e ainda vigorou, por décadas, a noção da sociedade da “época das bandeiras” apresentada pelos escritos de Affonso de Taunay e José de Alcântara Machado, leitores de documentos antigos, pautados numa abordagem cronística, na década de 1920.³⁷ Não se pode negar, entretanto, que os trabalhos de viés cronístico – aos quais se soma o livro de Belmonte (Benedito Bastos Barreto), *No tempo dos Bandeirantes* (1939) – ordenam informações bastante interessantes sobre a época.

No livro *Vida e Morte do Bandeirante* (1929), Alcântara Machado dá como principal produto de exportação dos paulistas as marmeladas em conserva, o que, evidentemente, não é um produto colonial por excelência, voltado para o mercado europeu e gerador de grandes riquezas. A respeito dos trigais, apoiado na documentação primária diz que coalhavam a vila de São Paulo e seus arredores, empregando “centenares de índios”, informação que dá referindo-se à fazenda de Amador Bueno da Ribeira. Também indica que esse produto se exportava para o Rio de Janeiro. Entretanto, o próprio autor conclui que só era exportado depois de atendido o consumo interno.³⁸ Como são informações genéricas, breves, e geralmente sem referenciar as fontes, as conclusões de Machado foram conjecturais, tendo em vista o que apurou bem mais tarde o historiador John Monteiro.

Os dados dispersos e ralos que apresentava essa historiografia cronística não permitiam avanços nas análises sobre a economia e o trabalho em São Paulo colonial. A partir de Taunay e Alcântara Machado ninguém ousou investigar e expor explicativamente a real dimensão da escravidão indígena que se vislumbrava nos seus textos. Como já disse, foi preciso esperar o esforço realizado nesse sentido pelo historiador norte-americano John Manuel Monteiro, na década de 1980, e a publicação em português, em 1994, do seu doutoramento.

... continuação nota 36 ...

O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721). São Paulo, tese de doutoramento, FFLCH - USP, 1995.

37 TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *História seiscentista da vila de São Paulo*, São Paulo; Melhoramentos, 04 vols. 1926-1929; *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, 07 vols., 1924-1936.

38 MACHADO, José de Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980 (1ª edição, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1929).

39 SAIA, Luís. *Morada...*, op. cit., p. 106.

40 GALANTE, Luís Augusto Vicente. *Uma história da circulação monetária no Brasil do século XVII*. Brasília: Universidade de Brasília, Tese de Doutorado em História Cultural, Instituto de Ciências Humanas, 2009, p. 202 e segs.. Acesso em: <bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5165>.

41 SAIA, Luís. *Morada*, op. cit., p. 132-134.

42 Conforme texto que escrevi para a exposição Luís Saia: memória e política, elaborada com mais companheiros. Ver a publicação coordenada por Carlos Roberto Monteiro de ANDRADE, *Luís Saia: memória e política*, Brasília-DF, IPHAN, 2014, p. 59.

43 Conforme texto que escrevi no catálogo, elaborado com mais companheiros, da exposição *Luís Saia: Memória e Política*, op. cit., p. 59. Com relação a Alberti, ver: ALBERTI, Leon Battista. *De Re Aedificatoria*. Madri: AKAL, 2007, p. 197-200. Acesso em: <books.google.es/books?id=prZufJMDFFcC&hl=es&source=gbs_navlinks_s>

Levando-se em conta os aportes significativos, no âmbito historiográfico, trazidos por John Monteiro e Ilana Blaj, mas principalmente pelo primeiro, podemos indagar: quem morava nas casas-grandes seiscentistas de São Paulo? Saia considera que “no estudo destes tipos de habitação, o que importa não é propriamente a data exata da construção, mas, sim a correspondência que deve ser procurada entre a habitação e o habitante”,³⁹ ou seja, o que as casas seiscentistas contam dos seus fazendeiros. E como habitante e habitação devem ser entendidos, diz Saia, “dentro dos quadros de uma sociedade, de uma economia, de uma cultura”, cabe também, na sua ótica, a pergunta: como era a sociedade que configurou o território paulista no decorrer dos dois primeiros séculos? Na verdade, ainda falta uma investigação e um estudo com largueza e profundidade a respeito dela, no seu todo.

Alguns dados sobre um colono daqueles tempos podem dar pistas, como é o caso de João de Godói. Em 1636, João de Godói [Moreira], originário do Porto (Rio Tinto), já se abandeirava em tropa à cata de índios para escravizar, na companhia do afamado açoriano Antônio Raposo Tavares: abandeirar, armar frota para o sertão era a garantia de reproduzir e aumentar a força de trabalho nas lavouras dos colonos. Em meados do XVII ele era afazendado, possuía um plantel numeroso de braços indígenas, submetidos ao trabalho em terras onde cultivava muito trigo. Pelo que se sabe, comerciava com o Rio de Janeiro a sua produção.

Para mais, João de Godói teve doze filhos oriundos de casamento, situação em que funcionava, mesmo em lugar tão distante, a serviço da Coroa, e também a serviço dos colonos, as leis do Reino sucediam em heranças; dotes matrimoniais, etc. Teve voz no senado da câmara da Vila de São Paulo e mandou um filho se ordenar em Lisboa. Circulava, na terra, entre beneditinos, franciscanos e carmelitas, seus conventos e fazendas⁴⁰.

Ora bem, por tudo que foi dito até aqui, vê-se que a morada de casas da roça, ou “sítio de morada” de João de Godói era o lar e o empreendimento de quem dependia das bandeiras de apresamento, como a maioria dos “sítios de morada” daqueles tempos. Era uma casa da “sociedade bandeirista”, com a feição que ela, de fato, elegeu.

As “moradas paulistas” e seus alpendres: a crítica fora do lugar

Assentado em método seguro e consistente, conectando a arquitetura e a sociedade, Saia concebeu o espaço da frontaria da residência como a parte mais característica duma concepção senhorial de morar que, no mundo rural do planalto paulista, tinha agregada a si, diretamente, um contingente de servos do “gentio da terra” sob o mando do proprietário da terra. Segundo ele, essa faixa é que fixa, pelo seu funcionamento, “o caráter feudal da sociedade bandeirista”, sendo assim “a peça mais característica deste tipo de habitação, no tocante ao problema da separação de classes”.⁴¹

O alpendre, lugar de recebimento onde ficava a porta de acesso à residência, estava encaixado entre dois cômodos que não se comunicavam com o interior da moradia; um (a câmara, isto é, lugar onde se dorme) era para isolar da família residente os hóspedes da casa, e o outro, servia de oratório, para orações ou, com preparos para se dizer missa, atendendo no culto religioso tanto o núcleo doméstico como a demais gente vinculada à propriedade ou sítiantes moradores nas vizinhanças. Nessa parte fronteira, o dono da casa recebia visitantes, ditava ordens aos subalternos e aos servos indígenas, julgava.⁴²

“Dentro de uma tradição mediterrânea e renascentista, o alpendre estava ligado não apenas à questão do calor e da sombra, como também a um modo de vida, especialmente a dos “cidadãos influentes” na sociedade, conforme se lê no *De Re Aedificatoria* (1485), de Leon Battista Alberti”.⁴³

Saia constatou que os alpendres se apresentavam como elementos centrais para a compreensão da arquitetura residencial dos “sítios da roça” ou fazendas dos paulistas antigos, tanto quanto importavam em relação aos espaços de culto litúrgico na arquitetura religiosa luso-brasileira.

A Capela e Casa Grande estão sendo restauradas pelo Serviço. Vão ficar quase irreconhecíveis a você, repostas como foram no séc. XVII. Basta lhe dizer que na Casa foi reposto o alpendre central e Capela tem alpendre, e a fachada é todinha colorida! Rosa, amarelo e verde, achados incrustados na madeira. Do alpendre se acharam até Paus de sustentação



Figura 14 (topo): Casa-grande do Sítio do Padre Inácio, em Cotia - SP. Na fachada, o alpendre no centro e um cômodo em cada extremidade dele: à esquerda de quem vê, o «quarto de hóspede», e à direita, o que servia de oratório ou capela. Fotografia de 1916. Fonte: Arquivo do IPHAN-SP.

Figura 15: Teto decorado do oratório do alpendre da «Casa do Querubim», Araçatuba - SP. Fonte: Fotografia de Germano Graeser, IPHAN, 1942.



44 DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1977, p. 283.

45 RICOEUR, Paul. *A memória, a história...*, op. cit., p. 146.

46 CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001, p.47-50.

47 RICOEUR, Paul. *A memória, a história...* op. cit., p. 147-148.

48 *Combats pour l'Histoire*, publicado em 1952, é uma reunião de 33 artigos escritos entre 1906 e 1952 onde o autor, Lucien Febvre, desenvolve a sua visão de conjunto dos campos da história. É o fundador, em 1929, do seminário “Annales d'histoire économique et sociale”.

49 Entrevista de Christophe Charle, professor na Université Paris I e no Institut universitaire de France, in PINAULT Michel, Quels “combats pour l'histoire” aujourd'hui ?, *Histoire & Sociétés*, Numéro 25-26/2e trimestre 2008, p. 161-162.

50 DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Edusc, 2003.

51 Entrevista de Christophe Charle, professor na Université Paris I e no Institut universitaire de France, in PINAULT Michel, Quels “combats pour l'histoire” aujourd'hui ?, *Histoire & Sociétés*, Numéro 25-26/2e trimestre 2008, p. 161-162.

52 RICOEUR, Paul. *A memória, a história...*, op. cit., p. 320.

53 COLLINGWOOD SELBY, Elizabeth. *El filo fotográfico de la historia: Walter Benjamin y el olvido de lo inevitable*. Santiago (Chile): Metales Pesados, 2009, p. 29-31.

*do telhado, que estavam jogados por aí (carta enviada em 15.02.1945 por Mário de Andrade a Paulo Duarte)*⁴⁴

No caso da sede do Santo Antônio, primeira possibilidade de preservar uma habitação da “sociedade bandeirista”, buscando conhecer e dando conhecimento desse tipo de espaço arquitetural, Saia decidiu por retomar o alpendre na fachada e assim o fez. Retomar o alpendre era ter a casa reconstituída em sua unidade plástica, em sua inteireza formal, e em sua particularidade histórica. E o alpendre estava ali mesmo, pouco alterado, vedado por tijolos de alvenaria. Por outro lado, os arranques (alicerces) de taipa, na parte ruída – a ala esquerda da casa – indicavam a simetria do projeto do qual o alpendre era o elemento central. Isso foi feito.

As construções seiscentistas do Sítio Santo Antônio não haviam sofrido alterações atendendo a significativas transformações em função de novo gosto e estilo de época. Saia se volta para os elementos do passado, a sua materialidade, as suas formas, no sentido do conhecimento da história, opera historiograficamente. Respeita, como já foi dito, a unidade plástica e documental das obras.

No “objetivo de verdade” da história,⁴⁵ problema capital da historiografia (da escrita da história) - e também da filosofia, reside a questão do patrimônio histórico e artístico ou cultural. Nesse momento, em que se imbricam, como assinala Paul Ricoeur, a problematização do objeto/tema, a investigação, as análises e as hipóteses de compreensão, e uma ideia explicativa, se junta, à operação de conhecimento histórico, a memória individual e a memória coletiva.⁴⁶

Representar o passado, a intenção historiadora que busca reconstruí-lo “verdadeiramente”, para entendê-lo no tempo presente, de acordo com a compreensão das necessidades, questões e soluções que o momento lhe coloca, na relação que ele, indivíduo, entretém com a comunidade no sentido mais lato do termo.⁴⁷ O operador ou agente, o sujeito - Saia, o seu grupo de interesse, está mirando o presente mas voltado para o futuro, no sentido da coletividade social brasileira: “combates pela história”, para usar a consagrada expressão de Lucien Febvre.⁴⁸ No Brasil das primeiras décadas do século XX também se travavam os debates e os combates do tempo e lugar.

Os “Combates pela História”,⁴⁹ hoje, contra uma “história em migalhas”,⁵⁰ ainda estão curso. A esse respeito, assinala o historiador francês Christophe Charle, professor de história comparada das sociedades da Europa ocidental: Lamentavelmente, diz ele, em 2008, “todo o sistema universitário e o clima ideológico atual (...) que é também o da desmobilização, do esteticismo patrimonial e da despolitização”, levam num outro sentido que não ao do combate contra esse estado atual da matéria – “a história em migalhas”.⁵¹

Saia seguiu outra via que não a da empatia, que marca a visão historicista, rankeana. Ele se opõe à empatia, esse procedimento marcado pela identificação presente-passado que pretende estar purgado da mediação de toda a presença e mediação do sujeito que se orienta para o conhecimento do objeto em foco, buscando completa objetividade. Esse “excesso de passado”, de quase veneração, como nas linhas de pensamento fundadas por Leopold Ranke, que pedia “a suspensão de todo posicionamento do historiador nos combates do presente”.⁵²

A empatia, segundo Walter Benjamin, define o procedimento básico da visão historicista. “O procedimento da empatia supõe que não só é desejável senão que também é possível *tirar-se da cabeça tudo o que se sabe do transcurso ulterior da história*, suspender toda determinação do presente, para *reviver uma época*, para conhecê-la ‘como verdadeiramente foi, para deixá-la e ouvi-la falar, incontaminada, por si mesma e desde si mesma’” (a autor se refere ao pensamento de Ranke, via crítica de Walter Benjamin).⁵³

Quando da chegada dos representantes do recém-criado SPHAN ao Sítio Santo Antônio, em 1937, datava de tempos recentes tanto a vedação do alpendre com tijolos como a demolição da ala esquerda para aproveitamento do madeiramento do telhado em uma casa na cidade de S. Roque por um anterior proprietário do Sítio, Euclides de Oliveira. A “roceirização” do sítio levava a essas alterações e perdas.

Euclides de Oliveira foi Intendente (Prefeito) de São Roque em 1929-30. Em 1920 ele era o proprietário do Sítio e nessa época levava ali o recém-eleito Presidente do Estado de São Paulo, Washington Luís,



Figura 16: A Casa-grande do Sítio Santo Antônio, em 1937. Detalhe de fotografia de conjunto tirada por Germano Graeser para o IPHAN. Nota-se, ao lado direito da casa, as ruínas das paredes exteriores - menos a frontal - do que foi a «Casa do Barão», erguida em taipa de pilão por volta de 1884. Um pouco adiante dessa ruína divisa-se um trecho da lateral da Capela de Santo Antônio. Fonte: Arquivo do IPHAN-SP.

⁵⁴ GONÇALVES, Cristiane. *Restauração arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975*. São Paulo: Annablume, 2007, p. 105, n. 42.

⁵⁵ SOMBRA, Fausto. Luis Saia e Lúcio Costa: a parceria no Sítio Santo Antônio, *Vitruvius*, Arqutextos 161.03, patrimônio, ano 14, out. 2013. Acesso em: <vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.161/4915>.

⁵⁶ ROSA, Antonio Joaquim da. *A Cruz de Cedro*. São Paulo: Editora Monteiro Lobato, 1924, p. 20.

para conhecer as vetustas construções, conforme testemunho escrito fornecido ao IPHAN, em 1967⁵⁴.

Outro testemunho, bastante precioso, foi o de Manuel Oliveira Rosa, que desde sempre conhecera o local. Era familiar do Barão de Piratininga, Antônio Joaquim da Rosa (São Roque, 1821-1886), proprietário do Sítio desde meados do século XIX. Em 1948 Rosa redigiu uma carta - firmando assim seu testemunho - que Saia utilizou para reforçar seus argumentos junto a Lúcio Costa, Diretor de Estudos e Tombamentos do então DPHAN, com sede no Rio de Janeiro.

Manuel Rosa conta que foi ao Sítio pela primeira vez em 1884 e que foi naquela época que o Barão construiu uma casa de taipa, nova (a “Casa do Barão”, que em 1937 já estava em grande ruína), articulada à lateral direita da casa-grande.

É Manuel Rosa quem atesta, em 1948, que a destruição da ala esquerda da casa, e o aproveitamento do madeiramento do telhado para outra edificação eram ocorrência do tempo em que Euclides de Oliveira era o proprietário do Santo Antônio. Mais ainda: Rosa

atesta, na carta, que conhecera, portanto, a casa na sua integridade e que a reconstituição que Saia realizara da ala caída e do alpendre estava tal e qual.⁵⁵

Pelo que relata Saia esse não foi o único testemunho ocular da casa e da capela na sua feição antiga – outras pessoas, ainda vivas na época do restauro, haviam conhecido a casa antes da demolição parcial, quando ainda estava íntegra. Além disso, o próprio Antônio Joaquim da Rosa, em 1851, antes de receber o baronato, publicara um romance histórico, *A Cruz de Cedro*, ambientado na região de São Roque e no início do século XVIII, em que descreve a casa-grande de presumível sítio da região (pela localização junto ao ribeirão Carambeí, poderia ter sido o de Pedro Vaz de Barros, vizinho e irmão do fundador do Sítio Santo Antônio):

*No pitoresco vale do Carambeí existe uma casa térrea, tendo na frente um extenso vestíbulo (o pretório) com uma sala em cada extremidade (...). A casa é baixa conforme a usança do século passado [o autor, obviamente, refere-se ao XVII]. Do parapeito do vestíbulo ouve-se o murmúrio do Carambeí, que serpeja na extremidade do terreiro (...).*⁵⁶

⁵⁷ Ver essa discussão mostrada, à sua maneira, pela arquiteta Cristiane Gonçalves: GONÇALVES, Cristiane Souza. A experiência do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em São Paulo: o caso da restauração do Sítio Santo Antônio, 1940-1947. *Revista da Pós*, FAU-USP, n. 21. São Paulo, junho 2007 p. 168-187 – acesso em: <revistas.usp.br/posfau/article/download/43514/47136>. E também no seu livro *Restauração arquitetônica...*, op. cit., p. 120-121.

⁵⁸ ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de (Coord.). *Luís Saia: memória e política*, Brasília-DF, IPHAN, 2014., p. 54.

⁵⁹ AESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo, Ordem 9865-9867, Maio 22, doc. 6, ano de 1835 (os documentos estão em ordem alfabética por localidade, no caso, São Roque). São duas latas com o título de “Bens religiosos”, contendo “inventários de capelas”.

Figura 17: Vista geral do Sítio Santo Antônio após o restauro. Fonte: Fotografia de Jaelson Bitran Trindade (início da década de 1980).

Nesse ponto, exatamente quando da realização da obra-chave de reconstituição e recomposição da ala esquerda da casa e do alpendre, houve uma forte divergência entre Luís Saia e Lúcio Costa, seu interlocutor direto na sede da instituição. Lúcio nunca se deslocou à S. Paulo, apesar das reiteradas solicitações que o chefe regional lhe fez. Discutiam tudo através de cartas, geralmente acompanhadas de desenhos e fotos.

Lúcio Costa, em 1947, se alarmou com a “extensão desmedida da fachada” resultante da obra de restauro. Como as demais casas “bandeiristas” encontradas pelo Patrimônio tinham planta quadrada, ele duvidou que tivesse veracidade a forma de quadrilongo reconhecida por Saia. Achava que a casa não devia ter sido assim; teria sido menor, e o alpendre idem.⁵⁷ As suas dúvidas quanto às dimensões originais da casa-grande foram rebatidas por Saia, não apenas com os testemunhos que obteve, mas também com base nas prospecções feitas no perímetro dos restos da casa-grande e os elementos definidores encontrados (bitolas, alicerces). De “nariz torcido”, Lucio Costa, da Direção-Geral do SPHAN, teve que dobrar-se às evidências e aos fortes argumentos apresentados.

O jovem técnico de São Paulo estava correto:⁵⁸ entre meados e o final da década de 1970, atuando já há alguns anos como pesquisador junto a regional paulista do IPHAN encontrei no Arquivo Público do Estado de São Paulo, numa série relativa a “Inventário de Bens Religiosos”, uma informação dos bens vinculados à Capela de Santo Antônio de Lisboa (Sítio de Boiprossugaba), no termo da vila de São Roque, datada de 1835, registrando que constava do vínculo, entre outras coisas, “Uma morada de casas de quatro lanços, de taipa e cobertas de telhas, uma Capela do Santo com imagens a saber”.⁵⁹

Trata-se mesmo de uma construção de quatro lanços, uma morada de quatro lanços, ao contrário dos demais remanescentes, de três lanços ou menos (Sítios Mandu, Padre Inácio, Caxingui, Tatuapé, Ressaca ou Jabaquara, etc.). Na casa do Santo Antônio, os lanços (sequência de paredes na fachada) que estruturam a morada (cômodos) são dois grandes nas extremidades e dois menores no centro do edifício, como se nota claramente na planta imediata à faixa do alpendre. Os inventários paulistas do Seiscentos dão boas informações sobre o tamanho



⁶⁰ Os inventários paulistas do Seiscentos dão boas informações sobre o tamanho variado dos taipais, resultando em lancinho, lanço pequeno, lanço, lanço grande. Ponho como exemplo essa informação que vem num auto de inventário feito na vila de Santana do Parnaíba, em 1760: “uns taipais de duas tabuas de quinze palmos de comprido” (AESP, Inventários, doc. 14.789).

⁶¹ Casa da Quinta ou Paços da Baía - website da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), da Secretaria de Estado da Cultura, Portugal. Acesse... continua próxima página...

Figura 20: Casa da Quinta ou Paços da Baía, na freguesia de Maiorca, na Figueira da Foz, Portugal. Fachada posterior - remanescente da edificação original, datada de 1637. Fonte: Imagem postada na página-web da Direção Geral do Património Cultural (DGPC), Portugal.

variado dos taipais, resultando em lancinho, lanço pequeno, lanço, lanço grande.⁶⁰

Quanto à forma alongada da casa do Sítio Santo Antônio e ao extenso alpendre, e telhado de quatro águas, é possível encontrar em Portugal casas senhoriais de meados do XVII com essas características. Um exemplo notável é o da Casa da Quinta ou Paços da Baía, na vila de Maiorca, concelho de Figueira da Foz, declarado monumento de interesse nacional pela Secretaria de Estado da Cultura, em 2014. É de dois pisos, com telhado de quatro águas. O piso superior, na parte mais antiga do edifício, que é hoje a parte posterior dele, tem uma extensa varanda alpendrada de colunata dórica, com um cômodo posicionado em cada uma das extremidades desse registro da fachada. A porta principal, no alpendre, tem inscrita a data de 1637.

Conforme a arquiteta Catarina Oliveira, da Direção-Geral do Património Cultural, em Portugal, os Paços da Baía, “um bom testemunho da arquitetura senhorial seiscentista do Baixo Mondego” segue “modelo erudito, de inspiração tratadística serliana”,

visíveis na construção, embora tenha sofrido reformas no século XVIII.⁶¹

No geral, “o cuidadoso trabalho de pesquisa efetuado por Saia recebeu altos elogios de Lúcio Costa. Reconstituiu os edifícios, preservando-os”.⁶² Quanto à chamada “Casa do Barão”, articulada à lateral direita da casa-grande seiscentista, era uma casa de recreação para temporada de caça, construída por volta de 1884, que o Barão de Piratininga pouco teria utilizado. Seu estado altamente ruinoso, porém, não permitia sequer uma reconstituição. Assim, face à importância, raridade e clareza das soluções arquitetônicas e agenciamento que apresentavam os remanescentes do conjunto da sede rural e capela, optou-se pela eliminação de paredes mais recentemente agregadas.

Passados mais de vinte, quase trinta anos desses estudos e obras de restauro, vieram novos questionamentos, dessa vez do meio universitário, focados no conjunto casa-grande e capela do Sítio Santo Antônio. Foram predominantemente de caráter historiográfico.





Figura 21: Frontaria em madeira policromada da Capela do Sítio Santo Amaro. Fonte: Foto de Jaelson Bitran Trindade, 2013.

... continuação nota 61 ...
so em: <patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-emvias-de-classificacao/geral/view/155649>; Diários da República. Portugal. Portaria 96/2014, de 12 de Fevereiro Classifica como monumento de interesse público a Casa da Quinta ou Paços da Bala, na Rua da Igreja, Maiorca, freguesia de Maiorca, concelho da Figueira da Foz, distrito de Coimbra. Acesso em: <<http://dre.tretas.org/dre/315421/>>.

⁶² ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de (Coord.). *Luís Saia: memória e política*, op. cit., p. 53.

⁶³ AMARAL, Aracy. *A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antônio*. São Paulo: Nobel, 1981.

O restauro do alpendre da capela do Santo Antônio motivou, nos primeiros anos da década de 1970, um estudo da crítica de arte Aracy Amaral contestando a operação de restauro realizada por Luís Saia. A autora põe em dúvida o próprio tipo de alpendre reconstituído, numa suposição sem maiores fundamentos, de que teria sido feito à semelhança dos pórticos das capelas e igrejas rurais, particulares ou de missões de índios, da região do Prata e do antigo Alto Peru, devido ao contatos que a região de São Paulo teria com essas áreas de colonização castelhana.⁶³ Em seu livro *A hispanidade em São Paulo*, de 1981, ela levanta inclusive a hipótese, com base em conjecturas, que o alpendre frontal da capela construída no último quarto do século XVII, tal como Saia o reconstituiu, seria uma inserção posterior à construção original. Saia estaria equivocado.⁶⁴

Em contraposição às conjecturas do livro de Aracy Amaral já deixamos assinalado, no catálogo exposição “Luís Saia: Memória e Política”, que “a Capela do Sítio Santo Antônio é um todo coerente, uma obra luso-brasileira bastante sintonizada com o final do

século XVII, época da sua construção”.⁶⁵ Tais fatos, porém, merecem tratamento à parte no que diz respeito aos estudos e ao entendimento do problema, razão pela qual isso não será matéria deste artigo.

Quanto à casa-grande do sítio, Aracy Amaral, além de reprovar o uso dos termos “paulista” ou “casa bandeirista”, por parte de Luís Saia, opõe-se ainda que o costumeiro alpendre seja chamado dessa maneira. Mas não se trata apenas, no caso, de um problema de nomenclatura. Tem relação com a sua hipótese de uma forte influência hispânica em São Paulo colonial: na sua ideação de que a “morada paulista” é uma transladação hispânica para São Paulo, enquanto tipo, por essa razão tal espaço deveria ser chamado de “corredor”.⁶³

A autora cita em seu texto o romance *María* publicado em 1867 pelo colombiano Jorge Isaacs, cuja ação se passa na Fazenda “El Paraíso”, no Vale do Cauca, em meados do século XIX (a imagem dessa casa do romance, onde inclusive viveu Isaacs, já comparece no estudo de Saia, de 1945).

⁶⁴ Aracy Amaral, que ainda pôde apresentar várias de suas ideias e indagações a Luís Saia, pouco tempo antes da morte do arquiteto em 1975, publicou no mesmo ano uma primeira apresentação do seu estudo, finalmente publicado, aumentado, em 1981.

⁶⁵ ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de (Coord.). *Luís Saia: memória e política*, op. cit., Brasília-DF, IPHAN, 2014, p.

⁶³ No texto: “A Capela do Sítio Santo Antônio é um todo coerente, uma obra luso-brasileira bastante sintonizada com o final do século XVII, época da sua construção. Até mesmo as janelas laterais a meia altura da porta de entrada que se vê nas capelas de Portugal estão presentes na armação da fachada da capela paulista, ainda que vedadas por madeiras em treliça. Os telhados de três águas nos alpendres dianteiros às fachadas são característicos das capelas portuguesas durante o Seiscentos e o Setecentos, e predominam também nas luso-brasileiras”, etc..

⁶⁶ Idem, p. 57.

⁶⁷ AMARAL, Aracy, op. cit., p. 39.

⁶⁸ Não entrarei, neste artigo, na discussão sobre a hipótese da autora relativa à “hispanidade” dessa arquitetura paulista colonial, da presumida origem hispânica da planta-tipo, especialmente da faixa dianteira das casas rurais. No meu projeto de investigação, ainda há muito que averiguar e compor para que eu possa estabelecer alguma ideia mais consistente a respeito. Observo, entretanto, que no estudo de Aracy Amaral há indagações da autora, aparecem problemas a serem pensados, estudados, e melhor equacionados do ponto de vista histórico-social e arquitetônico.

⁶⁹ AMARAL, Aracy, op. cit., p. 61, nota n. 5.

⁷⁰ VIOLA ZANINI, Giuseppe. *Della architettura di Giuseppe Viola Zanini padovano pittore, and architetto, libri due ne' quali con nuova* ... continua próxima página...

O colombiano, no livro, chama de “corredor” o alpendre extenso, reentrante, daquela fazenda, similar ao das casas velhas de São Paulo (os cômodos das extremidades, porém, têm acesso também ao interior da casa).⁶⁷ E, com isso, pensa reforçar a sua tese da “hispanidade em São Paulo”.⁶⁸ Aracy Amaral passa então a chamar do corredor o que é, para nós luso-brasileiros, desde sempre, alpendre.

A autora do *Hispanidade* busca reforço, ainda, na “autoridade” de Lúcio Costa, e em nota do livro, transcreve um depoimento pessoal desse dirigente do IPHAN, de maio de 1972:

*Preferimos sempre a denominação mais correta (sic!) de ‘corredor’ em vez da usualmente empregada de ‘alpendre’, segundo vários historiadores da arquitetura, atendendo a observação de Lúcio Costa, segundo o qual “alpendre” não seria a expressão apropriada no que respeita à área coberta e livre lateralmente nas duas faces da casa paulista, pois antes como uma ‘loggia’, essa área é parte integrante da estrutura da casa”.*⁶⁹

No caso, nem o comentário de Lúcio Costa, nem o estudo de Aracy Amaral se apoiam nalguma bibliografia pertinente relativa à construção e à arquitetura nos séculos XV ao XVIII em Portugal, nem em qualquer investigação documental própria em arquivos brasileiros ou portugueses. É verdade que a rarefação de estudos desse tipo em Portugal até recentemente, pouco os ajudariam então. Mas, alguma bibliografia existiria, então (décadas de 1940-1970).

No tratado de Giuseppe Viola Zanini (1629), e em outros textos italianos do século XVII, *loggia* e *pórtico* são palavras sinônimas. E alpendre, na língua portuguesa, desde os mais antigos léxicos e textos na língua vernácula, é equivalente a *pórtico*, como se verá mais adiante.⁷⁰

O conhecido *Vocabulário português & latino* do Padre Rafael Bluteau, no volume publicado em 1716, traz duas acepções de “loja” (e nenhuma outra grafia equivalente) associadas a residências: 1) “Casa térrea, que não é nobre” e 2) “Loja de casa nobre. Espécie de pátio coberto, que serve de entrada, e em que entram as bestas, e assistem os lacaios”.⁷¹ O *Diccionario* do Moraes e Silva, de 1789, reitera a acepção de loja encontrada no Bluteau para a “casa nobre”. No que se refere à “casa térrea” ele

a grafia como “loge”, que é definida num vocábulo composto: “Sobrelogem. F.f. sobrado, que fica imediatamente sobre a loge, ou casa térrea, e por baixo do primeiro andar”.⁷²

O termo “loja”, em Portugal, como se depreende dos dicionários e da literatura antiga na língua vernácula, bem como do uso comum, foi lançado ao “vulgo”: lugar do mercador de rua, lugar dos animais e/ou tralhas, no rés do chão de uma casa de aldeia ou das pequenas vilas.

Esse uso da “autoridade” do “Doutor Lúcio” – com todo respeito que se deve ter ao seu saber e a importante contribuição que deu ao serviço público de preservação do patrimônio cultural – é repetido em trabalhos recentes que buscam analisar os restauros executados por Luís Saia, na chefia do IPHAN, como é o caso das análises que faz Cristiane Gonçalves, em 2007, sobre a obra de restauro da sede do Sítio Santo Antônio.⁷³

O alpendre no mundo português e na “casa bandeirista”

Mais correto é “loggia” e não alpendre, como sentenciou Lúcio Costa? Mais correto é “corredor”, à hispanoamericana, como quer Aracy Amaral? Por que o seria? Estariam incorrendo em erro os portugueses de Portugal e os colonos do Brasil, que sempre trataram como alpendre – em documentos e em livros – a peça de recebimento,⁷⁴ esse *portico* ou *loggia* dos italianos?

É fato que a arquitetura do renascimento consagra esses espaços reentrantes, esses espaços de acesso nas fachadas das igrejas, sob o nome de *pórtico*. Sebastiano Serlio, no *Libro Quinto Delli Tempii* (1547), que trata dos templos, denomina-os assim. Já no *libro VII* (1584), no caso dos edifícios civis, ele os denomina de *loggia*.⁷⁵ Mas, na mesma época, os portugueses utilizavam preferencialmente o termo alpendre, muito raramente o termo “logea”.

No mundo português, alpendre sempre foi alpendre. E nunca foi chamado de “corredor”, como a historiografia da arquitetura paulista passou a denominá-lo nos últimos 40 anos.

Alpendre equivale ao que na arquitetura antiga espanhola se denominava (e se denomina ainda)

... continuação nota 70 ...

simmetria, and facolta si mostrano le giuste regole dei cinque ordini di detta architettura. Padova: 1629, p. 321 – acesso em: <books.google.it/books?id=MInF-gwK6=kUC&hl=it&source=gs_navlinks_s>. Outro exemplo é a Notizia de' vocaboli ecclesiastici con la dichiarazione delle ceremonie... do Cónego Domenico MAGRO MALTESE, da Catedral de Viterbo e Sagrada Congregação do Index, editada em Roma em 1650 - a edição que consultei é a de 1669, com acesso em <books.google.it/books?id=EOxMAAAAcAAJ&hl=it&source=gs_navlinks_s>.

71 BLUTEAU, Padre Rafael. Vocabulário português & latino ... Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva, 1716.

72 MORAIS SILVA, Antônio. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Oficina de S. T. Ferreira, 1789.

73 GONÇALVES, Cristiane Souza. A experiência do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em São Paulo: o caso da restauração do Sítio Santo Antônio, 1940-1947. *Revista da Póis*, FAU-USP, n. 21 - São Paulo, junho 2007 p. 185 – acesso em: <revistas.usp.br/posfau/article/download/43514/47136>, p. 185. Ou, da maneira que adota isso, mais recentemente, Jorge Coli: COLI, Jorge. O restauro e o tempo: O estudo, projeto e realização d'A casa da tulha pelo arquiteto Antonio da Costa Santos, *Vitruvius*, Arqutextos174.00, restauro - ano 15, nov. 2014. Acesso em: <vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/15.174/5350>.

74 SOUSA, Fr. Luís de (O.P.). *Historia de S. Domingos particular do Reino e Conquistas de Portugal*. Lisboa: Volume 1, 1767, p. 46.

75 Em 1584 os sete livros de Sebastiano Serlio foram reunidos por Vicenzo Scamozzi no livro *Tutte l'opere d'architettura et prospetiva di Sebastiano Serlio*, publicado em Veneza. Acesso: Biblioteca da Universidade de Heidelberg Digital <diglib.uni-heidelberg.de/diglib/serlio1584/0001?sid=a1e09a587347e08337b-f370056ed72d4>.

de **pórtico ou, ainda, portal e soportal** (negritos meus - JBT). Nas vizinhas terras espanholas da Galícia, aonde língua tem raiz comum, e nas Canárias, onde a influência da cultura portuguesa é significativa, o termo alpendre (ou alpende) também é empregado, embora também se use os vocábulos acima indicado, como em outras regiões da Espanha.⁷⁶

A tradução para o espanhol da obra *De Re Aedificatória* (1485), de Leon Battista Alberti, com o título *Los Diez Libros de Architectura*, “traduzidos de Latin en romance” pelo “maestro de obras Francisco Lozano”, traduz *porticus* por *portal*.⁷⁷

O termo alpendre foi usado desde a medievalidade portuguesa para se referir aos telhados sustentados por colunas ou arcos diante de igrejas, capelas e ermidas.

Nos documentos e nas crônicas do século XV, para se referir ao extenso pórtico que possuía a igreja do convento de S. Domingos em Lisboa, usualmente o denominavam de alpendrada.⁷⁸ Fernão Lopes, ao escrever a crônica de D. Fernando, referindo-se ao extenso pórtico que possuía a igreja do convento de S. Domingos, em Lisboa, relata: “E foram em outro dia muitas gemtes juntas no alpendre daquele mosteiro de Sam Domingos”.⁷⁹

Na *Historia Da Santa Inquisição Do Reyno De Portugal, e suas Conquistas...*, publicada em 1750 por Pedro Monteiro, somos informados que o

“Convento de S. Domingos de Lisboa, (que então era cuberto de um grande alpendre; e deste tempo se conserva ainda por memoria a pedra do Púlpito no mesmo Adro, no próprio lugar, em que se lhes pregava) assim aos Judeos, como aos Mouros, que em determinados dias eram obrigados a vir ouvir a doutrina, que se lhes fazia, e como estes ainda não tinham entrado na Igreja pelo Sacramento do Batismo, por isso Fora dela, e no seu Adro, se lhes faziam os Sermões”. (negritos meus - JBT)⁸⁰

E não se utilizava o termo alpendre apenas para a peça situada diante de templos, senão também em relação a esses cobertos situados na frontaria de casas de morada e paços reais, como se lê nas crônicas de Fernão Lopes e Gomes de Zurara, que escreveram em meados do século XV (Zurara) e meados do XVI (Lopes), assim como em documentos do século XII e centúrias seguintes.

São exemplos desse tipo que nos dão os dois citados cronistas em relação às casas de morada: “El-Rei se apartou logo com elles em um alpendre que estava n’aquellas casas onde pousava (...)”,⁸¹ é sacado da *Crônica de El-Rei D. João I*, de Eanes de Zurara, escrita em 1450. E este outro aparece na *Década II* (1553), de João de Barros, quando é narrado um acontecimento no Minho: “*João Machado, andando em um alpendre que o lavrador tinha ante a porta, apalpando onde se agasalharia com a moça, por ser de noite*”...⁸²

Tratando-se de casas, de construções civis, encontramos também referência a alpendre num documento pelo qual o Infante D. Henrique doou, em 1431, à Universidade de Lisboa, as casas que possuía no Bairro dos Escolares, aonde se descreve, entre outras partes delas, a sala que ficava “sobre o alpendre da crasta (claustro)”.⁸³

As galerias abertas em arcos ou pilares sob o sobrado de edifícios, com as denominações de “laubia, loggeas, perxes ou lonjas, tornaram-se, desde o século XIII, um dos mais característicos traços identificativos dos edifícios de gestão concelhia, da Lombardia à Península Ibérica. Portugal não constituiu uma exceção”, diz a historiadora portuguesa Luísa Trindade.⁸⁴ No século XV, tais espaços recebiam alternadamente o nome de *logea* ou *alpendre*, conforme mostram documentos relativos às justiças régia na cidade do Funchal (Madeira): a “*logea de bayxo onde se fazem as audiencias*”, ou os “*Alpendres em que se fazem as audiências*”.⁸⁵ Loja ou “logea” (como está nesse documento citado), são sinônimos de alpendre.

Os termos alpendre ou alpendrada, (muito raramente galilé, no caso de templos) foram dominantes na língua portuguesa na Época Moderna, época em que se constitui o “império ultramarino”.

Já em 1621, Amaro de Roboredo, no seu *Raizes da lingua latina: mostradas em hum trattato, e dictionario*, indicava que o vocábulo alpendre tinha o mesmo significado que o “porticus” da língua latina: “Porticus. “Portal coberto, alpendre como para passear livre de sol e chuva”, equivalendo, informa ainda, aos termos hispânicos “Portal, zaguán”.⁸⁶ Pórtico era vocábulo utilizado pelos espanhóis e italianos, respectivamente com e sem acento.

⁷⁶ *Dicionario de Dicionarios*. Corpus lexicográfico da lingua galega. USC – Instituto da Lingua Galega, Universidade de Santiago de Compostela. Acesso em: <slu.uvigo.es/ddd/ddd_pescuda.php?pescuda=ALPENDRE&tipo_busca=lema>.

⁷⁷ ALBERTI, Leone Baptista. *Los Diez Libros de Arquitectura*. Madri: Alonso Gomez, 1582, p. 125. Acesso em: <books.google.es/books?id=BphbAAAAcAAJ&hl=es&source=gbs_navlinks_s>.

⁷⁸ CHAVES, Maria Adelaide Godinho Arala. *Formas de Pensamento em Portugal no século XV*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969, p. 49.

Figura 22: Casa com alpendre fronteiro e banco. Detalhe do desenho de Duarte D'Armas (c. 1510), do Castelo do Portelo e extra-muros, em Trás-os-Montes. Fonte: *Livro das Fortalezas* (Duarte de Armas, 1510). Fac-símile do Ms. da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2.ª edição. Edições Inapa, 1997, manuscritos 99 e 100.

Sendo o termo usual, é assim que o Capitão Jacinto da Cunha denomina em 1756 o pórtico em arcos da grandiosa igreja da Missão jesuíta de São Miguel (cujos restos são hoje Patrimônio da Humanidade, por declaração da UNESCO), remanescente dos Sete Povos Guarani, no relato que faz da “Guerra Guaranítica”: “princiando a entrada da dita igreja por um alpendre nobríssimo de arcos de frente com colunas, e tímpano abalaustrado por cima”.⁸⁷

Além dos textos, temos também um documento iconográfico da primeira década do século XVI, no qual se vê uma casa com alpendre. É um dos muitos desenhos que acompanham o conhecido livro de Duarte D'Armas, o *Livro das fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela por Duarte de Armas, escudeiro da Casa do rei D. Manuel I*. Entre as casas de colmo, características da “gente miúda”, na raia transmontana, junto ao Castelo do Portelo no Concelho de Montalegre vê-se uma casa de maior tamanho que as outras, tendo à frente o puxado do alpendre, de uma água apoiado em quatro colunas, com um banco sob ele e, atrás, quintal murado e pomar.⁸⁸

Entretanto, em publicação recente sobre a arquitetura brasileira, lemos a afirmação de que “na Europa e,

portanto na Península Ibérica, as casas nunca foram alpendradas”:⁸⁹ que no reino de Portugal nunca houve nas moradias alpendre como aparece nas capelas e ermidas, uma vez que se acredita que o termo alpendre só seja apropriado para coberturas que avancem – com telhado independente ou não, para além do perímetro de uma edificação.

O banco que aparece sob o alpendre de uma casa, no desenho datado do limiar do século XVI, tem o seu igual nos bancos que ainda são identificados nos alpendres das antigas moradas paulistas.⁹⁰

Um “banco grande do alpendre” é avaliado entre os bens de João Martins da Fonseca Coronel, em seu sítio no termo da cidade de S. Paulo, quando faleceu em 1754.⁹¹ Outro sítio paulistano, no Moinho Velho, freguesia de Cotia, é descrito em 1758 no inventário da defunta Isabel de Sousa Bicudo: “casas de paredes de mão (...) com suas portas, janelas e Alpendre, e um Lanço delas assobradado, e são de dois Lanços com seus corredores, e sua Tacaniça no Oitão (...) e um escabelo grande que está no Alpendre”.⁹² Mais outro aparece no inventário da defunta Maria Baldaia Sobrinha, feito em 1756: no sítio em que morava, em Atibaia, com morada de casas de três lanços, “com seus corredores e alpendre, de taipa





Figura 23: Alpendre da casa-grande do Sítio do Padre Inácio, em 1915. Fonte: Arquivo do IPHAN-SP.

⁷⁹ Idem, p. 49. Nesta citação, mantive a forma arcaica do texto tal como o fez a autora do livro. Esse foi o critério aqui adotado: quando os autores, em seus estudos, os conservam, também sigo esse caminho. Noutros casos, atualizo a ortografia, salvo exceções em que assinalo a manutenção do texto original ou, no caso dos textos antigos da crônica jesuíta.

⁸⁰ MONTEIRO, Frei Pedro. *Da Santa Inquisição Do Reyno De Portugal, e suas Conquistas...* Lisboa: Sylviana, Primeira Parte, Livro Segundo, 1750, p. 14.

⁸¹ ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica de el-rei D. João I: (3. pte.) Em que se contem a tomada de Ceuta.* Lisboa: Escriptoria, Terceira Parte, 1899, p. 82.

⁸² João de Barros, Década II. Lisboa: 1553, livr. 6^o, cap. 9, in LAPA, Manuel Rodrigues (org.) *Historiadores Quinhentistas*, Lisboa, seara Nova, 1972, p. 60.

de pilão, cobertas de telhas” e com “boas portas”, foi avaliado “um oratório embutido na parede e um escabelo grande no alpendre”.⁹³ Tanto Isabel Bicudo, como Maria Baldaia, eram tataranetas de colonos chegados a São Paulo no século XVI.

Numa emblemática fotografia tirada em 1915, no alpendre do Sítio do Padre Inácio, em Cotia, vemos o velho costume do banco, entre a população rural da região.

No século XVI, as obras de inspiração “ao romano”, de igrejas e casas, terão marcado na fachada o alpendre reentrante; entre torres e/ou edificação anexa, no caso dos templos, e entre cômodos, no caso dos solares e “casas de prazer” (recreio) ou de campo, da nobreza lusitana. Esses espaços fronteiros vazios, reentrantes eram efetivamente chamados de alpendre.

É bastante visível a sua fortuna na arquitetura de templos portugueses e portugueses do Brasil, entre os séculos XVI e XVIII, especialmente em igrejas beneditinas, carmelitas e franciscanas.

O Padre Carvalho da Costa, na sua *Corografia portuguesa: e descripçam topografica do famoso*

reyno de Portugal..., publicada em 1712 assim se refere à igreja de N. S. da Graça, da freguesia de Areias (Ferreira do Zêzere), datada de c. de 1548:⁹⁴ na entrada dela “um largo terreiro, e para resguardo da porta principal um alpendre sobre colunas encima do qual está Coro, e torre, que tudo faz um frontispício majestoso, e de elegante arquitetura”.

Em Évora, temos os exemplos da igreja do Colégio do Espírito Santo, dos jesuítas, e mais a Igreja da Graça, da mesma cidade, ambas edificadas no século XVI, à quais junto um exemplo já tardo-quincentista: a Igreja do Mosteiro de São Salvador de Moreira, em Maia, Portugal. E, como amostra de alpendre com pórtico serliano, pode ser indicado, entre outros edifícios, a Ermida de Nossa Senhora do Ameal, Em Torres Vedras, obra de meados do XVI.

Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, na obra *Novo orbe serafico brasilico, ou, chronica dos frades menores da provincia do Brasil* (Lisboa, 1761), denomina de alpendre esse espaço vazio, porticado por colunas ou arcos, que se vê em igrejas franciscanas do Brasil. O texto do frade acaba nos dando, através da sua crônica, uma lição sobre o que é alpendre e o que é... corredor.

83 *Monumenta Henricina*, Volume IV (1431-1434). Coimbra: Universidade de Coimbra, Biblioteca Geral, 1962, p. 4.

84 TRINDADE, Luíza. Casas da Câmara ou Paços do Concelho: espaços e poder na cidade tardomedieval portuguesa, in RIBEIRO, Maria do Carmo, MELO, Arnaldo Sousa (coords.), *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*, Braga, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2012, p. 214-217. Acesso em: <http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_Pa%E7os%20do%20Concelho%20-%20%20espa%E7os%20e%20poder%20na%20cidade%20tardo-medieval%20portuguesa.pdf>.

85 Idem, p. 217.

86 ROBOREDO, Amaro de. *Raízes da língua latina: mostradas em hum tratado, e diccionario: isto he, hum compendio do Calepino...* Lisboa, 1621, p. 302. Acesso em: <books.google.es/books?id=11IsctnhCFE-C&hl=pt-BR&source=gbs_nalinks_s_>.

87 CUNHA, Capitão Jacinto Rodrigues da. Diário da Expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguai (1756), *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 16, 1853, p. 289.

88 DUARTE DE ARMAS. *Livro das Fortalezas*, introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, 2ª edição Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições Inapa, 1977. Desenho de nº 115 – Portelo.

89 LEMOS, Carlos A. C. Uma nova proposta de abordagem da história da arquitetura brasileira, *Vitruvius*, Arqutextos 141.00, história ano 12, fev. 2012. Acesso em: <vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/12.141/4214>.

90 SAIA Luís. *Morada...*, op. cit., p. 113.

91 AESP, Inventários, Ord. 623, doc. 13.833, São Paulo, ano de 1754.

Alpendres no “país dos paulistas”

Antes mesmo da publicação do estudo de Aracy Amaral, já citado, em que a autora reprova o uso do termo alpendre para esse tipo de área de recebimento aberta e reentrante, característico das “casas bandeiristas”, essa mesma reprovação já ocorrera num pequeno livro publicado em 1969 pelo arquiteto Carlos Lemos, colega de Aracy Amaral na FAU-USP, intitulado *Notas sobre a Arquitetura Tradicional de São Paulo*.⁹⁵ Lemos fez uma tentativa de interpretar esse espaço fronteiro, para além dos escritos de Luís Saia, com base na leitura da série de volumes intitulada *Inventários e Testamentos*, contendo inventários *post mortem* dos séculos XVII e início do XVIII transcritos e publicados pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo desde 1920 até a data em que elabora o seu ensaio.

Certo do entendimento que teve dos documentos consultados, desde então, em todos os seus escritos em que entra a problemática da “casa bandeirista”, esse autor reitera a afirmação de que o nome verdadeiro daquele espaço arquitetônico, na “época das bandeiras” era corredor e não alpendre, como é o caso do livro *Arquitetura Brasileira*, de 1979, no qual diz: “A própria expressão ‘corredor’ aqui em São Paulo, desde os primeiros inventários [*post mortem*], sempre designou o característico alpendre da morada bandeirista”.⁹⁶

Desde já, interessa assinalar que ficou de fora dessas interpretações que da “casa bandeirista” fizeram Carlos Lemos e Aracy Amaral, uma fonte que Saia considerou essencial, e esses outros autores não desconheciam a existência: *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes*, livro publicado em 1752, em Lisboa, pelo padre jesuíta Manuel da Fonseca. Em 1932, a Editora Melhoramentos, de São Paulo, fez uma reedição fac-similar do livro do Padre Fonseca, com apresentação, notas e comentários do historiador Affonso de Taunay.

Belchior de Pontes, um jesuíta paulista nascido em 1644 e falecido na mesma localidade - a cidade de S. Paulo, em 1719, teve fama de milagreiro. O Padre Fonseca, seu biógrafo, para estímulo da fé católica e promoção da obra dos jesuítas, era português e veio residir no Colégio da Companhia de Jesus da cidade de São Paulo, por volta de 1740. Escreveu o livro, vivenciando a região, ouvindo os

cidadãos mais velhos, ou as memórias legadas aos mais novos. Pretendeu contar os milagres que se atribuíam a Belchior de Pontes e contou também a situação e o ambiente em que as histórias narradas se passaram. Assim comenta Luís Saia:

*O livro do padre Manuel da Fonseca sobre o Padre Belchior de Pontes é indispensável para a identificação funcional deste tipo de residência, especialmente naqueles elementos de vivência cotidiana que não alcançam os documentos oficiais. É que o primeiro, querendo descrever os milagres do segundo, entra a contar fragmentos da vida diária e suas saídas milagrosas.*⁹⁷

Ora bem, o Padre Fonseca usa o termo alpendre – e não “corredor”! – ao se referir ao espaço de contato com o exterior, na fachada das residências rurais dos paulistas.⁹⁸

Ele conta que o Padre Belchior, quando se hospedava nalguma casa de sítio para atender com missa, pregação, doutrinação e outros atos e assuntos religiosos aos moradores, vizinhos, e aos servos administrados (índios), tinha tal recato em aplicar em si as disciplinas (cilícios) que, para fazê-lo, “saía de casa à alta noite para não ser sentido. Nem é isto difícil – diz o Padre Fonseca – em S. Paulo, onde costumam seus moradores fabricar nas suas fazendas recâmaras para os hóspedes de tal sorte unida às casa, que, ficando da parte de fora [alpendre], se possam servir sem detrimento, e independentes da mais família”.⁹⁹

Noutro ponto da *Vida*, conta-se que “em uma madrugada, levantando-se os fâmulos da casa” de Domingas Cardoza, com fazenda para as bandas de Jacaré, “viram algumas luzes no alpendre, e julgando que o Padre [Belchior] queria dizer Missa, deram conta à Senhora”...¹⁰⁰ Está bem clara a indicação de que o padre Belchior estava hospedado no alpendre e que tinha ali, à mão, a qualquer hora, a capela, ou melhor, o oratório da casa-grande. Diz-se alpendre e não outra coisa.

Os processos judiciais (inventários e pleitos) que existem no Arquivo Público do Estado de São Paulo, relativos aos séculos XVII e XVIII são em número muito superior àqueles transcritos e publicados na série editorial *Inventários e Testamentos*, que paralisou no final da década de 1990, com pouco

92 AESP, Inventários, Ord. 615, doc. 13.747, ano de 1758. O escabelo, no caso, grande, era um banco largo, com encosto, aonde se sentavam três, quatro, cinco ou mais pessoas, se tomado no sentido de escaño, termo espanhol que equivale a escabelo ou escabelo (se pequeno). Em português “escanho” ou “escano”, que significa, no português antigo, banco ou assento, segundo informa Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, no seu *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal Antigamente se Usarão* (Lisboa, 1798).

93 AESP, Inventários, Ord. 665, doc. 14.268, São Paulo, freguesia de Atibaia, ano de 1756.

94 COSTA, P. Antônio Carvalho da. *Corografia portuguesa: e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas & lugares* Lisboa: volume 3, 1869 (1ª reedição, facsimilar, da obra publicada em 1712), p. 153.

95 LEMOS, Carlos. *Notas sobre a Arquitetura Tradicional de São Paulo*. São Paulo, FAU/USP, 1969.

96 LEMOS, Carlos. *Arquitetura Brasileira*. São Paulo, Melhoramentos. 1979, p. 67.

97 SAIA, Luís. *Morada...*, op. cit., p. 79, nota 11.

98 FONSECA, Manuel da (S. J.). *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes da Companhia de Jesus da Província do Brasil*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1932 (1ª Ed. Lisboa, 1752), p. 148 e 166.

99 Idem, p. 59.

100 FONSECA, Manuel da (S. J.). *Vida do Venerável Padre Belchior...*, op. cit., p. 148.

101 AESP, Autos Cíveis, or. 3436, doc. 39, São Paulo, 1710.

102 LEMOS, Carlos. *Notas sobre a Arquitetura Tradicional de São Paulo*, op. cit., p. 23.

103 SAIA, *Morada...*, op. cit., p. 67.

menos de 50 volumes. E na massa documental ali arquivada há muitos documentos que corroboram o que consta no livro do Padre Fonseca, para além do fato, já exposto, de que em Portugal e no Brasil-Colônia o termo “alpendre”, e não outro, é que era utilizado comumente em relação a prédios civis, religiosos e militares.

Esse espaço fronteiro está definido com clareza em muitos documentos da época, nunca publicados. Num processo de inventário do ano de 1710, relativo a uma propriedade rural na paragem chamada Maquiobi, no Bairro do Bom-Sucesso, arredores da então Vila de São Paulo, foi arrolado um fato (roupa) que o sobrinho-hóspede dos proprietários deixou guardado “em uma caixa que fica na camarinha do alpendre” da morada do sítio, de “taipa de pilão de três lanços grandes com seus corredores”.¹⁰¹

A “camarinha do alpendre”, aonde se aposentava o parente dos donos da casa, conforme mostra o documento de 1710, identifica-se claramente com o “quarto de hóspedes” que Saia localiza no que chama, corretamente, de alpendre das “casas dos paulistas”. Por aí se vê que os “corredores”, discriminados na avaliação dos bens, ou melhor, da casa de morada, nada têm a ver com o alpendre.

Bem anterior é o inventário de Pedro Nunes. Data de 1623, e o inventariado tinha o sítio de morada na Vila de São Paulo ficava na paragem chamada Ipiranga. A informação que aqui interessa é reproduzida do próprio texto de Carlos Lemos já assinalado, *Notas sobre a Arquitetura Tradicional de São Paulo*, que a coletou num dos volumes dos *Inventários e Testamentos*, e apenas o registra entre outros, para reforçar, em seguida, a ideia de que a área de recebimento denomina-se “corredor alpendrado” ou, como logo adotará como simplesmente “corredor”. A informação é importante para se entender a solução de morada que vingou no meio rural paulista do século XVII: “... o qual sítio Ipiranga com seu alpendre e duas camarinhas no dito alpendre”.¹⁰²

A afirmação de Luís Saia de que a planta-tipo da casa rural paulista permanece, adentrando o século XVIII, indicando “constantes de planejamento, técnica e funcionamento, que sobrevivem às modificações sociais, à mudança de condições de época”,¹⁰³ também tem rebatimento para a

questão terminológica, no que toca à faixa fronteira dessas casas – o uso reiterado do termo alpendre. Assim é que, dando um salto para segunda metade do Setecentos, além das já citadas informações dos inventários de Isabel Bicudo e Maria Baldaia, selecionei algumas outras coletadas em avaliações de bens *post mortem*, bastante esclarecedoras sobre as casas alpendradas que caracterizavam desde muito a paisagem rural paulista (os negritos são meus- JBT):

- Na freguesia da Cotia, em São Paulo, em 1754, um sítio na paragem denominada Caputera, com “umas casas de dois Lanços, e seus corredores de parede de mão cobertas de telhas **seu alpendre, e casas de hóspedes**, com uma légua de terra em quadra”.¹⁰⁴

- Na freguesia da Cotia, em São Paulo, um sítio na paragem Moinho Velho, em 1758, com “casas de paredes de mão (...) com suas portas, janelas e **Alpendre, e um lanço delas assobradado, e são de dois lanços com seus corredores**, e sua Tacaniça no oitão”.¹⁰⁵

- No Bairro de S. Miguel, em São Paulo, em 1770, um sítio “com Casas de Telhas parede de taipa de pilão **com alpendre e dois quartos de fora**; sala, e **camarinhas de dentro** com sotãozinho em um quarto”.¹⁰⁶

- No bairro de Juqueri, em S. Paulo, em 1773, o sítio com morada de casas de taipa de pilão de três lanços pequenos, “**com seu Alpendre para diante com seu Oratório embutido na parede do dito alpendre**”. Na mesma paragem, a inventariada possuía outro sítio com “**dois Lanços de Casas de taipa de pilão com seus corredores, com sete portas (...) e três janelas**”.¹⁰⁷

- Na freguesia de Araçariguama, em Santa do Parnaíba, em 1774, “três lanços de casas de taipa de pilão **com duas Camarinhas no alpendre** (...), e para um lado ou **oitão da Casa grande** tem uma casinha com sua porta Coberta de palha e para o outro oitão tem outra casinha coberta de palha que serve de paiol”.¹⁰⁸

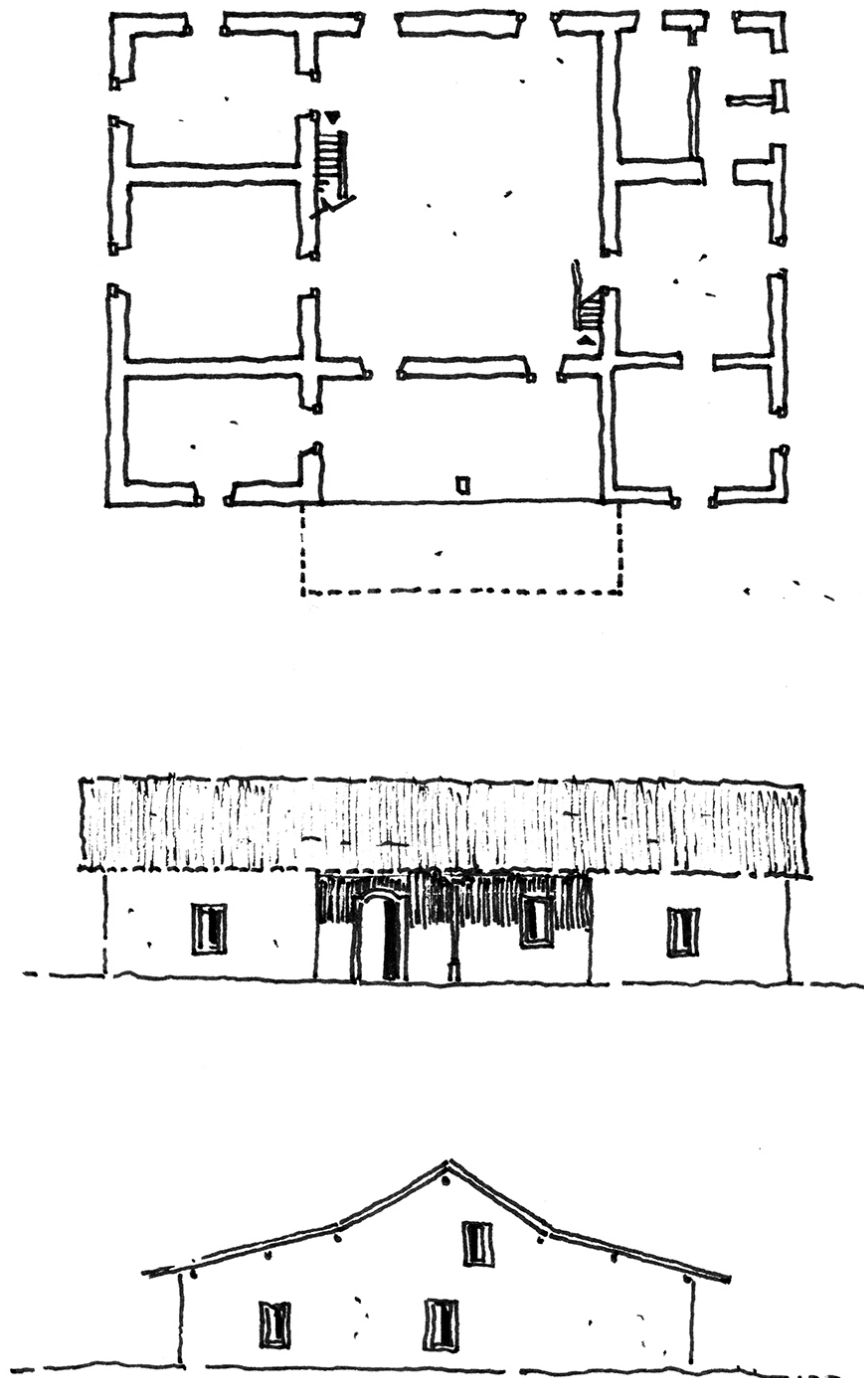
- Na freguesia de Araçariguama, em Santa do Parnaíba, no Itapocú, em 1786, “três lanços de casas de taipa de pilão (...), **as paredes das duas**

Figura 24: Planta e vistas frontal e lateral da casa-sede da «Chácara Townsend», em Itaquaquecetuba - SP. Essa residência, depois abandonada, ruiu completamente em 2006/07. Fonte: Desenhos de Antônio Luís Dias de Andrade, no início da década de 1980. Arquivo do IPHAN-SP.

camarinhas (...) do alpendre são de parede de mão, exceto (...) os oitões”.¹⁰⁹

A permanência da tradição construtiva pode ser demonstrada também através de uma residência construída em meados da década de 1760, com o seu alpendre, reentrante, e com os compartimentos

ou camarinhas de uma e outra banda do grande salão central forradas, criando um assobradado. É o caso da “Chácara Townsend”, em Itaquaquecetuba, na época um bairro da Vila de Mogi das Cruzes chamado “da Ajuda”.¹¹⁰ Infelizmente, a casa-sede veio se arruinando na década passada, até que caiu de todo.¹¹¹



104 AESP, Inventários, Ord. 615, doc. 14.421, ano de 1754. (todas as palavras postas em negrito daqui em diante, nas citações de documentos do Arquivo Público do Estado de São Paulo são acentuações minhas)

105 AESP, Inventários, Ord. 615, doc. 13.747, ano de 1758.

106 AESP, Inventários, Ord. 623, doc. 13.835, ano de 1770.

107 AESP, Inventários, Ord. 550, Maria Leite de Barros, 1773.

108 AESP, Inventários, Ord. 551, ano 1774.

109 AESP, Inventários, Ord. 639, doc. 13.996, 1786.

110 O inventário *post mortem* do proprietário, datado de 1768, que levantei no Cartório do 1º Ofício de Mogi das Cruzes, no início da década de 1980, trazia a indicação de serem “casas novas de taipa de pilão de três lanços”. Para fotos e plantas da aludida chácara, ver “Na zona rural, mais uma casa bandeirista”, Boletim do SPHAN, nº 07, JUL./AGO. 1980, 13 – acesso em: <docvirt.no-ip.com/docreader.net/WebIndex/WIPagina/BOL_SPHAN/449>.

111 Casa Bandeirista. Itaqua-qucetuba. Fotos de Massao. Acesso em: <panoramio.com/user/21280/tags/Itaqua-qucetuba>.

112 TRINDADE, Jaelson Bitran. Patrimônio e história: a abordagem territorial, Revista do Patrimônio, n. 34, 2012, p. 303-335 e ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de (Coord.). *Luís Saia: memória e política*, op. cit., p. 59-60.

113 AESP, Ord. 489.

114 AESP, Inventários, doc. 14.784.

115 AESP, Inventários, doc. nº 14.811, Maria Cardoso da Silveira, São Paulo, 1761.

116 AESP, Inventários, Ord. 742, Lourenço Franco da Rocha, Santana do Parnaíba, 1771.

117 AESP, Inventários, Ord. 505, Ana Luís de Faria, Jundiá, 1722.

Corredores e câmaras: a vida doméstica da casa-grande

No âmbito português e luso-brasileiro, que é o de São Paulo na época colonial, corredor não é o que sempre foi chamado de alpendre, ao longo de séculos - a documentação e os textos antigos mostraram isso. Corredor é outra coisa. E da mesma forma, passa-se a mostrar, na sequência, o que é o corredor nas “casas da sociedade bandeirista”; naquelas que se pode chamar de “casas grandes”.

O corredor, no singular ou no plural, que é discriminado nos inventários *post-mortem* dos séculos XVII e XVIII em São Paulo, não diz respeito à área coberta e vazia na faixa fronteira das moradas paulistas, pois alpendre, conforme se viu aqui era o termo correntemente usado para designá-la. Então, o que seria o corredor?

No tema em questão, a historiografia até agora não olhou para as próprias obras - eu apenas chamei a atenção sobre a vinculação do corredor com a organização interna da morada paulista (20012, 2014),¹¹² que é onde estão os elementos que as caracterizam, que dão valor à construção, inclusive do ponto de vista monetário, quando são avaliadas, por exemplo, pelos peritos ou louvados nos processos de inventário *post mortem*, como é o caso da documentação que tem sido comumente utilizadas nas pesquisas históricas e já serviu, aqui, para a questão do alpendre.

Ultrapassada a faixa fronteira da “casa bandeirista”, temos todo o interior dela, visível, seja através das visitas diretas que podem ser feitas às residências desse tipo que estão preservadas, seja através de plantas e fotografias que circulam por aí, publicadas. Luís Saia assinalou que todas as residências rurais remanescentes examinadas por ele, a serviço do Patrimônio, embora fossem terreiras **apresentavam sistematicamente, em seu interior, um piso superior de tabuado, isto é, um sobrado** (negritos meus - JBT) sob a armação do telhado. Tal piso, geralmente fazia o papel de forro da série de compartimentos em que se repartia a planta.

Ora, todo esse madeiramento tratado, armado, não só agregava valor como tal, como também qualificava mais a morada, ao ampliar o seu espaço com um segundo piso. Por outro lado, a morada se qualificava

também pela maior divisão interna, representada pelas paredes de taipa de pilão ou taipa de mão (pau-a-pique), configurando o correr de camarinhas ou cômodos, **os repartimentos** (negritos meus - JBT) aos quais geralmente serve de forro o segundo piso.

A exposição mais clara e mais antiga em documentos paulistas sobre corredor nas construções residenciais encontre é o inventário de Pedro Nunes de Pontes, datado de 1659. Consta, no inventário acima citado, que entre os bens de raiz que possuía o defunto havia na Vila de São Paulo “dois lanços de casa de taipa de pilão Cobertas de telha **com seu corredor Repartido em aposentos** e sua cozinha tudo de taipa de pilão no campo de São Francisco o velho” (negritos meus - JBT). A morada dividia de um lado, “com chãos” e, de outro, com outra morada.

O inventário *post mortem* de Justa Maciel, feito em 1671, registra que ela deixa uma morada de casas de taipa na vila de São Paulo, de dois lanços, “cobertas de telha com seu **correr** e quintal” (negritos meus - JBT).¹¹³

Outras avaliações de bens em inventários denotam o corredor como elemento da composição interna do espaço, como esta feita na vila de Santana do Parnaíba, em 1714, de “umas moradas de casas (...) em a Rua de Cima (...) que consta de um Lanço com seu Corredor o lanço assobradado”.¹¹⁴ Ou esta outra, feita em 1761, na cidade de São Paulo, de uma “morada de casas junto do Ribeirão do Anhangabaú, térreas de dois Lanços, com seus corredores, varanda, **um dos quais Lanços e corredor com alcova é forrado** e Soalhado, de paredes de taipa de pilão”.¹¹⁵

Lourenço Franco da Rocha, falecido na vila de Santana do Parnaíba, em 1771, não teve a sua residência de todo acabada; deixou a “casa de taipa de pilão cobertas de telha de três lanços **com seus corredores, porém mal acabados por não estarem de todo repartidos**”.¹¹⁶

Na vila de Jundiá foi avaliada em 1722 uma morada de casas “de dois Lanços (...) com seu corredor de parede de mão coberta de telhas e nelas um bofete com gaveta”. Por testamento, a falecida proprietária declarou o seguinte: “**Declaro que deixo um Lanço da dita casa com o Corredor que lhe pertencer à minha filha Maria José**”.¹¹⁷ Essa relação entre

lanço e corredor (cubículos) fica mais bem entendida com a leitura desta outra morada, com corredores, avaliada em 1700 na vila de Mogi das Cruzes:

Três Lanços de casas de taipa de pilão nesta vila com seus Corredores cobertas de telha que foi avaliado o Lanço da Sala em cento e vinte mil réis, e o de dentro digo sento e vinte mil réis (...). Pelo lanço de dentro por ter mais Benefício foi visto e avaliado (...) em cento e setenta mil réis.¹¹⁸

118 AESP, Mogi das Cruzes, 2º Ofício, Inventários, caixa 3, Domingos de Figueiredo Freire, 1700.

Quanto à informação acima, relativa a corredores “mal acabados **por não estarem de todo repartidos**”, numa casa em Santana do Parnaíba, essa mesma ideia aparece na crônica da Ordem de São Domingos em Portugal e suas conquistas, tratando dos primórdios do Convento de Montijirás, em Santarém:¹¹⁹

O mayor que ouve foy levantar huma casa terrea grande, e comprida, abrir lhe janellas altas nos topos, lançar hum corredor de taboado polo meyo, dividillo depois em cellas, e ficar dormitorio. (negritos meus JBT – a ortografia original foi mantida)

Saia anotou com precisão entre as constantes dessa arquitetura paulista antiga, tais elementos, tais soluções que valorizam a edificação: os repartimentos dispostos em torno da sala central e mais o segundo piso ou assobradado servindo de forro aos cômodos.

E teve esse entendimento global da obra porque não dissociou a simetria da faixa fronteira da simetria da parte familiar – da obra como um todo. E ambas “simetrizam” para usar o mesmo termo que Saia – “com a classe dominante paulista do século XVII”.¹²⁰

120 SAIA, Luís. *Morada...*, op. cit., p. 134.

Enquanto modelo “apalaçado”, a “casa bandeirista” está em concordância com o viver senhorial dessa classe (questão já abordada neste artigo), pelas divisões, pela estratificação dos espaços que ela apresenta, tratados com regularidade e simetria. Já não é casa-torre de um fidalgo das antigas. Não é, também, a casa de um lavrador mais abastado, do século XVI português. A planta da “casa bandeirista” é de procedência erudita, renascentista, conforme diz Luís Saia, como a de outras construções que foram sendo feitas em Portugal, na península ibérica em geral, a partir de meados do século XVI.¹²¹

121 Idem, pp. 32, 80, 131.

No mundo luso-paulista do Seiscentos a organização da família se mantém tradicional, rígida, com a

separação da parte doméstica dos contatos com a sociedade: “separada do mundo e muçulmanamente enclausurada no interior da habitação de janelas gradeadas”.¹²² Na casa (casas de morada) propriamente dita vivem o casal e os filhos solteiros, incluindo os chamados “bastardos” (mestiços), criados juntos; e mais os pajens e as criadas de servir – os fâmulos da casa, índios ou mestiços (mamelucos).

Essa “incomunicabilidade” doméstica com o mundo externo se expressa na faixa fronteira, social, que é até onde chegam os de fora, para alguma permanência: o sacerdote, o hóspede, parente ou não, os vizinhos, um negociante, um viajante: de um e outro lado do alpendre, do vestíbulo aberto, na fachada, ficam o lugar de hospedar e o lugar de rezar, ambos sem comunicação com o interior – a ligação é só com o alpendre. É uma faixa de recebimento e também de separação. No alpendre o senhor da terra recebe também o agregado, o mameluco (mestiço de indígena com o europeu) a seu serviço; ali, dá ordens e julga os servos de sua administração, seus escravos. E a missa ou a doutrinação, serviço espiritual que toca a todos, tem no alpendre o adro do oratório ou capela que se abre para ele.

O colono paulista, com referência ao seu vínculo ibérico, realiza a sua morada de modo a indicar a sua posição hierárquica, a sua condição senhor de sesmaria e de escravos indígenas, de afazendado. E lhe serve de modelo o que já no decorrer do século XVI os tratados de arquitetura vinham veiculando em toda a península ibérica, e o que sob essa influência foi sendo construído em Portugal pela nobreza e a fidalguia residente na esfera da Corte ou, no âmbito provincial, aqui e ali: casas de campo ou “casas de prazer” nas quintas; casas-palácio, solares.

A casa-grande do colono de São Paulo, na conquista mais interior e mais ao sul da América portuguesa, é factível: os espaços de morar se estratificam, se repartem, de modo compacto, porém, em terra socada e madeira.

A “morada paulista”, do ponto de vista arquitetônico, como apontou Luís Saia, se caracteriza essencialmente pela sua planta simétrica, pela sua regularidade geométrica e a vertente erudita que a informa; vertente essa que influenciava engenheiros, mestres

122 Idem, p. 132.

construtores, artistas, curiosos das artes e a nobreza e dignitários do clero quinhentista e seiscentista, cortesã e provinciana, de Espanha e Portugal.

Mestiçagens

O uso da técnica de construir com taipa de pilão, o segundo pavimento sob o telhado em telha-vã, uma constante nas “casas bandeiristas”, assim como o tipo de planta que ela apresenta e que também comparece em regiões da Hispano-América, são elementos que denunciam, segundo Luís Saia, a “importação já elaborada” - da península ibérica - de soluções de residência.¹²³

A planta-tipo da “morada paulista”, diz Saia, “em nenhuma outra região se tornou, como em São Paulo seiscentista, a solução regional para o problema da moradia dos senhores de casa-grande”. Mas ele entende que essa regionalização da planta-tipo, palaciana e solarenga na origem, se realizou num nível primitivo: a construção, na sua expressão plástica, “volta a soluções primitivas utilizando a terra socada e a madeira”.¹²⁴

E é aqui que se situa, para Luís Saia, a questão da mestiçagem, da mamelucagem da “casa bandeirista”, de uma hibridização tanto de teor arquitetônico, quanto técnico (sistema construtivo e processos de fatura) e social.¹²⁵

Sociologicamente, há que se levar em conta, também, para além dos recursos materiais e técnicos disponíveis no “país dos paulistas”, o aspecto “mameluco” do estatuto senhorial e seu espaço de vida: ser senhor em condições de maior dependência do meio – “a população e o ambiente nativos”¹²⁶ - num trato direto com livres, agregados ou não, ou aparentados por estatuto de bastardia; e, por outro lado, “os vínculos europeus permanentes, porém distantes”.¹²⁷ São efetivos, devem ser efetivos para se montar uma colônia – a vila de São Paulo do Campo, a de Santana do Parnaíba, a das Cruzes do Salvador de Mogi, a Vila Formosa de Jundiá, a Vila da Senhora da Candelária de Utu-Guassu (aqui, mantendo os topônimos do Seiscentos) etc.,... Tais vínculos, legais, são realmente fixados e funcionam para a sociedade se organizar e se reproduzir.

¹²³ SAIA, Luís. *Morada...*, op. cit., p. 131.

¹²⁴ Idem, op. cit., 143.

¹²⁵ Idem, pp. 32-35.

¹²⁶ Idem, p. 143.

¹²⁷ Idem, idem.

Figura 25: A casa-grande do Sítio do Padre Inácio, em 1946, antes de ser restaurada. Vista posterior. Fonte: Foto do Arquivo do IPHAN – SP.





Figura 26: O Estado da casa-grande do Sítio do Padre Inácio. Fonte: Foto de 1915. Arquivo do IPHAN - SP.

Além disso, como mostra o estudioso da “casa bandeirista”, do ponto de vista das soluções arquitetônicas, há elementos da tradição mediterrânea, que atravessam a medievalidade ocidental, como é o caso dos assobradados ou desvãos que todas essas moradas paulistas exibem.

Sinteticamente, nas palavras de Luís Saia: “A planta se desenvolve segundo um esquema bem preciso”: a faixa fronteiria, cujos compartimentos se voltam para o mundo externo e, “atrás dessa faixa e em correspondência com as divisões dela, em torno de uma sala central os quartos se dispõem lateralmente”. No fundo, às vezes comparece um agenciamento de serviço que, por vezes é aberto, como uma segunda *loggia*, um alpendre posterior. “E o restante da habitação comporta um segundo pavimento”.¹²⁸

O segundo pavimento ou **sobrado**, “este dispositivo, que aproveita o espaço ganho à custa da declividade do telhado **é uma solução característica da residência medieval** (negritos meus - JBT) e o seu funcionamento ultramarino se realiza inclusive como câmara térmica”.¹²⁹

A faixa fronteiria da casa rural paulista, cumprindo a sua função de separar “a mais família” do mundo exterior, não se assobrada – “o espaço correspondente à capela e ao quarto de hóspedes” não era aproveitado, ou seja, não recebia um segundo pavimento para depósito ou qualquer outro uso. A esse respeito, Saia observa que “mesmo quando o porte da construção permite assobradar este espaço, como no exemplo da casa do Padre Inácio, tal possibilidade é abandonada em benefício, digamos, da integridade funcional exclusivista da faixa, que define a projeção social da residência”.¹³⁰ Ou seja, todas têm esse emadeiramento em tabuado que encerra a altura dos cômodos ou camarinhas, mas na maioria delas a inclinação do telhado permite um desvão exíguo, sob a armadura do teto, em telha-vã. Das residências mais antigas documentadas, a do Padre Inácio é realmente em maior porte e, no sobrado, possui pequenas janelas.

De fato, na tradição ibérica que vem da Idade Média esse agenciamento de piso sobre a câmara ou as câmaras e cozinha, em moradas de uma só planta, era comum. Desde a Catalunha até a Andaluzia, ao Sul, levava o nome de *algorfa*, termo arábico, herança da Espanha Mourisca.¹³¹

¹²⁸ SAIA, Luís. *Morada...*, op. cit., p. 130.

¹²⁹ Idem, p. 131.

¹³⁰ Idem, p. 71 e 75.

¹³¹ PASSINI, Jean. *Casas y casas principales urbanas: el espacio doméstico de Toledo a fines de la Edad Media*. Toledo: Universidad Castilla-La Mancha, Casa de Velázquez, 2004; MASSOT I MUNTANER, Josep. *Estudis de llengua i literatura en honor de Joan Veny*. Barcelona: L'Abadia de Montserrat, Volumen 1, 1997; MATA CARRIAZO, Juan de. *En la frontera de Granada*. Granada: Editorial Universidad de Granada, Sevilla, 1971.

¹³² *Diccionario de la lengua castellana*, Madri: Real Academia Española, Tomo I, 1726. Ver o vocábulo *Algorfa*.

¹³³ COVARRÚBIAS OROZCO, Sebastián. *Tesoro de la Lengua Castellana o Española*. Madri: imp. Luis Sánchez, 1611.

¹³⁴ CALDAS, João Vieira. *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*. Porto: Universidade do Porto, FAUP - Faculdade de Arquitectura e Urbanismo, 1999, p. 5.

¹³⁵ RUÍZ DE LA RIVA, Eduardo. *Casa y aldea en Cantabria: un estudio sobre la arquitectura del territorio en los Valles del Saja-Nansa*. Santander: Ed. Universidad de Cantabria, 1991, p. 285.

¹³⁶ *Idem*, p. 284.

¹³⁷ Foi possível dimensionar essa produção historiográfica ... continua próxima página...

Figura 27: Casa-grande do Sítio do Padre Inácio. Fonte: Foto de João Bacellar, 2007. Arquivo do IPHAN - SP.

Segundo o *Diccionario de la lengua castellana*, de 1726, editado pela Real Academia Española, “es voz composta del artículo Al, y de la palabra Árábica *Gorfa*, que vale hueco de bóveda en el techo, según el Padre Alcalá, Tamarid, y otros”.¹³² Advertem os autores que naquele tempo tal termo já não tinha uso.

Na Espanha, *algorfa* e sobrado eram sinônimas, conforme registra Covarrúbias Orozco, em 1611, assinalando que o termo arábico não era utilizado em Castilha.¹³³ Se utilizou também o termo *desván*.

Essas soluções da arquitetura doméstica estão “acima de tudo ligadas a um vernaculismo que transcende épocas, categorias estilísticas e situações socio-económicas”, conforme observa o historiador português João Vieira Caldas, num estudo sobre a casa rural em Lisboa e arredores do século XVIII, de sorte que a arquitetura palaciana podia ser “tanto ou mais influenciada por hábitos construtivos locais que por modelos cultos”.¹³⁴

Tem sido estudado pela historiografia espanhola esse hibridismo ou “mestiçagem cultural”¹³⁵ entre a tradição construtiva e a linguagem classicizante que

se verifica na arquitetura solarenga e palaciana rural – mas também a urbana – construída entre meados do século XVI e inícios do XVII, em diferentes províncias da chamada Monarquia Católica. Nos centros principais e em focos provincianos da nobreza e do clero, os palácios construídos com nítida influência classicista italiana, segundo “os princípios básicos de simetria e centralidade”,¹³⁶ servem de emulação à nobreza, à fidalguia e aos lavradores abastados para as suas edificações rurais.¹³⁷

No caso da Cantábria, no norte da Espanha (costa atlântica), as casas-palácios e as casonas ganham pórticos (reentrantes) e encolumnados ou em arcaria. Boa parte delas mantém o tradicional sobrado ou pavimento sob o telhado, seja a construção de um piso só ou mais. Há maior repartição de cômodos. O arquiteto Eduardo de La Riva comenta a respeito dessas construções, em seu estudo sobre a região: “é o resultado da fusão de duas tipologias bem diferentes e de dois estilos (...). Por uma parte utiliza os cânones compositivos, construtivos e volumétricos derivados da arquitetura palaciana renascentista e, por outro, da casa rural, na qual baseia a sua estrutura e distribuição interna”.¹³⁸



... continuação nota 137 ...

espanhola que, além da análise de unidades e conjuntos arquitetônicos locais e regionais, tem também explorado as fontes arquivísticas; embora, desde aqui, no Brasil, possamos ter por ora apenas uma visão parcial dela. As citações que utilizo aqui ficaram restritas a um estudo sobre a região da Cantábria (Santader, etc.).

138 RUÍZ DE LA RIVA, Eduardo. *Casa y aldea en Cantabria...*, op. cit., p. 330.

139 A arquiteta Catarina de Oliveira, descrevendo para a DGPC – Direção Geral do Património Cultural, de Portugal, na página-web dessa instituição, as casas nobres ou senhoriais dos Távora, em Souro Pires e a da Quinta de Minotes, em Fermentões, entende que em geral os “solaros portugueses construídos ao longo dos séculos XVI e XVII derivam de três grandes influências: a arquitectura popular tradicional portuguesa, a arquitectura militar medieval e a arquitectura erudita do renascimento”. Solar dos Távora, acesso em: <patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73389>.

140 CONDE, Manuel Sílvia Alves; VIEIRA, Marina Afonso, A habitação e a arquitectura corrente do Norte Trasmontano em finais da Idade Média, in GONÇALVES, Iria (coord.), *Paisagens rurais e urbanas. Fontes, Metodologias, Problemas*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005, pp. 65-122.

141 TRINDADE, Jaelson Britan, *Património e história...*, op. cit., p. 320.

142 ALBERTI, Leone Baptista. *Los Diez Libros de Arquitectura*. Madri: Alonso Gomez, Impresor de Su Magestad, 1582, p. 150. Acesso em: <books.google.es/books?i-d=BphbAAAAcAAJ&hl=es&source=gbs_navlinks_s>.

143 BASSEGODA I HUGAS, Bonaventura. Notas sobre las fuentes de las Medidas del Romano de Diego de Sagredo. *Boletín del Museo e* ... continua próxima página...

Em Portugal, a historiografia atual tem noção de que já no início do Quinhentos há um entrecruzamento de influências na conformação da casa nobre ou senhorial, mas pouco avançou em relação ao ulterior desenvolvimento dessa arquitetura.¹³⁹ Manuel Conde e Marina Vieira, num estudo de sobre a habitação no Norte Trasmontano no final do século XV assinalam em 2005 que, ao contrário do que vinha ocorrendo em relação à investigação sobre as estruturas habitacionais urbanas do período, o mesmo não se podia dizer da casa rural: “De facto, sobre habitação campesina, construções adjectivas e equipamentos, ‘desconhecemos quase tudo e para quase todo o País’ ”.¹⁴⁰

No que diz respeito a uma historiografia da arquitetura residencial portuguesa em meio rural na Época Moderna, o estudo de Vieira Caldas, de 1999, ainda que focado em edificações datadas do século XVIII, dá um passo importante e necessário; entretanto, continua a carência nesse campo em relação à segunda metade do século XVI e ao século XVII.

É relevante, entretanto, a informação sobre a estratificação dos espaços de uma “casa nobre” portuguesa que comparece em *O Leal Conselheiro*, um tratado sobre ética e moral, mas versando sobre temas diversos da vida prática, escrito entre 1433-1438 por D. Duarte, rei de Portugal. Ele tipifica a casa apreciando a disposição do salão central, antecedida por vestíbulo ou alpendre: primeiramente, “uma sala em que entram todos” à qual se segue uma “câmara de paramento” ou “antecâmara”, lugar de estar dos moradores e visitas admitidas.¹⁴¹

Alberti, no final do século XV também informa sobre a organização da casa de “cidadão influente”, que deve imitar a da casa dos príncipes:

*porque, como dissemos, as partes das casas umas são de todos, e outras são de muitos, e outras são de cada qual. Nestas coisas que são de todos imitaremos as casas dos príncipes (...). E é bem claro, que nas casas umas coisas pertencem à família, e outras a estas coisas que à família são agradáveis. A família constituirão o homem e a mulher, os filhos e pais, e os que para o serviço destes andam juntamente por casa, e os guardadores, os criados, os escravos; e ainda ao hóspede não se lhe exclui da família.*¹⁴²

Em que pese a presença da tradição construtiva local e/ou regional, o fato é que o renascimento

dos princípios clássicos de equilíbrio, regularidade simetria, vão formar o arcabouço da cultura arquitetônica da Época Moderna na Europa Ocidental, sobretudo, numa sensibilidade nova para com a antiguidade, retomando Aristóteles e o tratado clássico de arquitetura de Marcus Vitruvius, ideário que ganha seu enunciado na escrita de Leon Battista Alberti, em meados do Quatrocentos, com a publicação do tratado *De re aedificatoria*.

O tratado de Alberti se dissemina para além dos limites da Itália e, vale adiantar aqui, foi traduzido para o português cerca de 1550, e para o castelhano em 1582. Essas ideias chegam, assim, em ambiências sociais diferentes, como é o caso das sociedades ibéricas – Espanha e Portugal, em romance ou língua vernácula (não que em latim ou italiano não tivessem tido leitores, mas poucos), e já em outros tempos, e ao lado de outros tratadistas, leitores de Alberti e também de Marcus Vitruvius que, entretanto, também começam a ser vertidos para o português e o castelhano.

O Medidas del Romano, de Diogo de Sagredo (1526) e a tradução para o espanhol em 1552 do tratado de arquitetura do bolonhês Sebastiano Serlio (Libros III y IV), **alcançam** extraordinária difusão na época, depois de publicados,¹⁴³ difundindo Vitruvio (como então **esse arquiteto** será chamado **nas línguas vernáculas, desde o renascimento**) e, Leon Battista Alberti. **Os livros de arquitetura, de Serlio, com numerosas ilustrações, continuam a ser publicados na segunda metade do Quinhentos, em italiano. O Settimo Libro vem a lume em 1575. E em 1584, por iniciativa de Vincenzo Scamozzi, os livros de I a VII serão reunidos numa publicação feita em Veneza, em 1584.**¹⁴⁴

Andrea Palladio, no *I quattro libri dell'architettura* (1570), **estabelece no Livro I como** deveria estar organizado o espaço interior das casas senhoriais: a entrada, a sala, as câmaras/cubículos, a adega, a dispensa... – e no fabrico da casa devia se considerar três coisas: Comodidade, firmeza e beleza:

*os habitáculos devem ser repartidos de uma e outra parte da entrada e da sala: e se deve advertir, que aqueles da parte direita correspondam, e sejam iguais àqueles da esquerda: para que a fabrica seja assim numa parte como na outra: e as paredes sintam a carga da cobertura igualmente.*¹⁴⁵

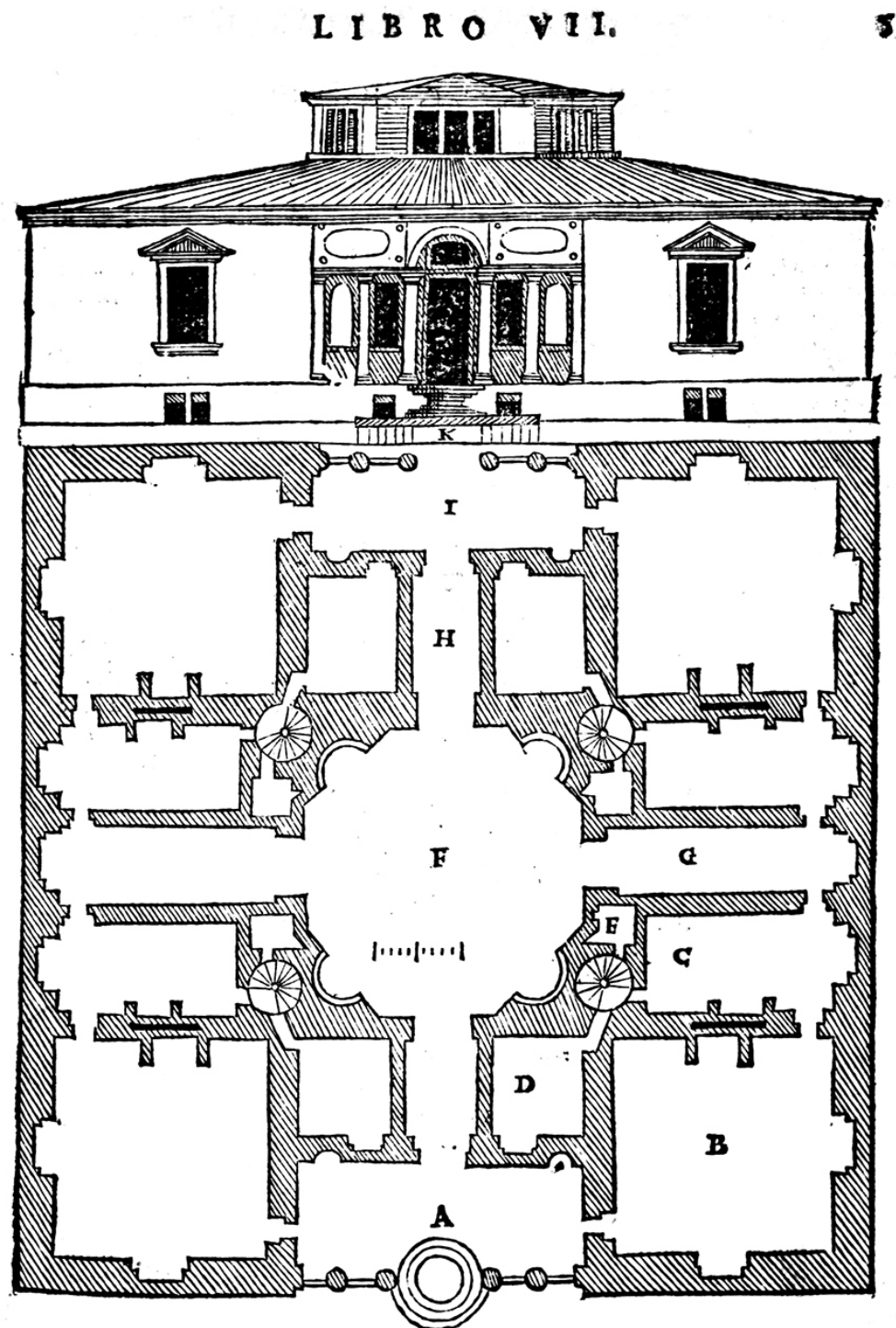


Figura 28: Projeto de uma «residência nobre» fora da cidade Sebastiano Serlio Della terza Casa alla Villa Livro VII, p. 5, Capítulo III – *Tutte l'opere d'architettura et prospetiva di Sebastiano Serlio*, Veneza, 1584. Fonte: Biblioteca da Universidade de Heidelberg Digital - Acesso em: <digl.ub.uni-heidelberg.de/diglit/serlio1584/0547?si d=416b8f149d8ce209df030cbf04e43752>.

A 3 Della

... continuação nota 143 ...
Instituto Camon Aznar, XXII, 1985, pp. 117-125.

144 *Tutte l'opere d'architettura et prospetiva di Sebastiano Serlio*. Veneza: 1584. Acesso: <digilib.ub.uni-heidelberg.de/digilib/serlio1584/00017-sid=a1e09a587347e-08337bf370056ed72d4> - Biblioteca da Universidade de Heidelberg Digital.

145 PALLADIO, Andrea. *I quattro libri dell'architettura*. Veneza: Domenico di Franceschi, 1570. Discorre sobre os repartimentos no Secondo Libro, capítulos I-III. Acesso em: <books.google.it/books?id=IzNeAAAA-cAAJ&pg=PA81&dq=I+quattro+libri+dell%27Architettura&hl=pt-BR&sa=X&ei=LsI9VcSfFs7h-sATHu4GQBw&ved=0C-CAQ6wEwAA#v=onepage&q=I%20quattro%20libri%20dell'Architettura&f=false>.

146 SAIA, Luís. *Morada...*, op. cit., p. 84 e 111.

147 SAIA, Luís. *Morada...*, op. cit., pp. 79-80.

148 LEMOS, Carlos. *Arquitetura Brasileira*, op. cit., p. 67.

149 Idem, p. 69.

150 Idem, p. 68-69.

151 LEMOS, Carlos. *Arquitetura Brasileira*, op. cit., p. 70.

152 LEMOS, Carlos. *Casa Paulista: história das moradas anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 60.

Com relação às casas paulistas implantadas a partir do século XVII, de taipa, Saia não deixa de assinalar a importância do “processo de amarração das paredes” nas casas paulistas implantadas a partir do século XVII: “além da amarração proveniente das peças externas (frechais, sensores)” ele indica que a disposição das paredes internas fazia “com que os esforços ficassem efetivamente contrabalançados uns pelos outros”.¹⁴⁶

Em nota colocada em 1972 no texto de 1945, ao reeditá-lo no *Morada paulista*, Saia vê reforçada, em alguns pormenores, a sua tese sobre a procedência erudita, da “casa bandeirista”, especialmente em relação à tratadística elaborada a partir de meados do século XVI e sua difusão, pela leitura que faz do Livro II do *I quattro libri dell'architettura*, de Andrea Palladio, publicado em 1570. Aponta a questão da cozinha, que o tratadista localiza fora da casa, pela comodidade que isso representa, e “a reserva da totalidade do pé direito para a sala”, e também o que diz o italiano - em relação à casa dos gregos antigos, lendo Vitruvius - sobre a “posição independente do quarto de hóspedes”, permitindo que esses estivessem totalmente livres, como se fora a sua própria casa.¹⁴⁷

A “casa bandeirista” vista ao revés

O corredor é o “alto”: as paredes divisórias, os repartimentos do edifício constituem o corredor. A informação já consta em Vitruvius, no tratado *De architectura*, quando diz o que é *contignatio*, ou seja, quando trata – e de modo mais largo e mesmo prático – da questão dos pisos e coberturas e da altura dos compartimentos (*Livro Primeiro*, capítulos XXII e XXIII), e essa problemática é retomada pelos seus veiculadores, desde o Renascimento – Alberti, Serlio, Palladio, etc..

Quando o corredor, costumeiramente registrado nos antigos inventários post-mortem, no singular ou no plural, é trasladado por alguns historiadores da arquitetura (numa leitura equivocada) para a faixa fronteira, para o lugar de recebimento da “casa bandeirista”, como se ele fosse a espécie de saguão que ali encontramos, o demais da moradia se torna algo vago, como se nada nos inventários de bens se referisse a ela, ao seu interior. O programa de funcionamento interno ficou obscurecido na sua compreensão.

A historiografia da arquitetura paulista pós-Saia inventa uma “casa bandeirista” que nunca existiu: sem seus corredores, a moradia deixa de ser o que realmente era, ou seja, como ela era entendida e vivenciada pelos seus contemporâneos, e o que é que lhe assinalava valores arquitetônicos e monetários, conforme já disse no início deste item do artigo.

Carlos Lemos (1979) chama de corredor o espaço de recebimento, reentrante, na fachada das casas. Diz ser um equívoco chamar de alpendre tal solução arquitetônica.¹⁴⁸ Aliás, desde 1969 ele tem insistido que o termo “corredor” registrado em inventários paulistas antigos é essa peça de recebimento.

Segundo ele, a faixa fronteira simétrica, regular, com o espaço de recebimento reentrante entre compartimentos, seria, “pelo menos” ela, originária de um modelo europeu, ibérico. Afirma poder concluir “sem cair em grande margem de erro que pelo menos a fachada da morada roceira do bandeirante tem origem castelhana”.¹⁴⁹

Dissocia, em suas análises, a faixa fronteira do demais da planta. Uma vez que dá como resolvido que essa fachada é algo trasladado – um “castelhanismo”, diz que para essa casa ser melhor compreendida, deve-se estudar a planta em separado.¹⁵⁰

O “resto” da planta, Lemos caracteriza como um “agrupamento retangular de compartimentos”; diz que seu risco é “natural, espontâneo, primitivo (...), que constitui uma planta universal” - e assim sendo, pode ser resultado de qualquer coisa, de muitas coisas.¹⁵¹ A de que as paredes divisórias, reduzidas a mero artifício técnico, não teriam outro sentido que não o de receber “a carga da cobertura igualmente” (uso aqui novamente Palladio, quando fala das construções feitas de alvenaria - JBT), é uma das coisas que o autor conjectura, entre outras. Nas suas próprias palavras: “Foi uma planta simples aparecida para facilitar a construção, para atender às exigências da taipa, para não criar problemas aos carpinteiros dos telhados” (em 1999, essa hipótese é mantida, porém, com a ressalva de que seria “a menos verossímil”).¹⁵²

Com tal concepção da “morada paulista”, esse autor torna o interior da casa um lugar de amálgama, num espaço um tanto difuso que é deixado para

¹⁵³ Idem, p. 20-21, 35 e 60.

¹⁵⁴ Idem, p. 71.

¹⁵⁵ Idem, p. 20.

¹⁵⁶ SAIA, Luís. *Morada*, op. cit., p. 106.

¹⁵⁷ Idem, p. 138-139.

¹⁵⁸ SAIA, Luís. *Morada*, op. cit., p. 33.

¹⁵⁹ TRINDADE, Jaelson Bitran. Patrimônio e história..., op. cit., p. 318.

¹⁶⁰ Idem, p. 31. Em 1941 a delegação do IPHAN em São Paulo já possuía todos os volumes de *Inventários e Testamentos* publicados até aquela data, assim como os repertórios de *Sesmarias e dos Documentos Interessantes*, todos publicados pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo; além dos muitos volumes com transcrições de Atas da Câmara da Vila de São Paulo dos séculos XVI e XVII. Na medida da amplitude da análise que fez do fenômeno e do tempo de entrega e limites do texto para a Revista do PHAN, Saia repassou essa documentação, como se vê da sublinhagem e apontamentos feitos com a sua letra em muitos dos exemplares, à lápis, ou utilizando os lápis de cor vermelho e azul. Nas suas “Notas sobre a arquitetura rural”... (1945) explicita isso – ver *Morada paulista...*, op. cit., p. 101 e 117.

¹⁶¹ LEMOS, Carlos. *Notas sobre a arquitetura tradicional de São Paulo*. São Paulo: FAU-USP, Departamento de História, p. 19-26, 1969.

¹⁶² LEMOS, Carlos. *Notas sobre a Arquitetura Tradicional de São Paulo*. São Paulo, FAU/USP, 1969, p. 19. O Arquivo Público do Estado começou em 1920 a publicar inventários e testamentos transcritos e datilografados.

a imaginação, a intuição, a especulação.¹⁵³ Daí afirmar, no citado livro, que esse mundo interior, o da família, é “uma esfinge semi-decifrada”.¹⁵⁴ Ideia que reafirma, passados vinte anos (1999):

*Certa vez [1979], chegamos mesmo a escrever que a casa bandeirista era para nós uma esfinge semidecifrada, e depois de tantos anos nada temos a acrescentar a essa ideia. (Carlos Lemos, Casa paulista, São Paulo, 1999)*¹⁵⁵

Nessa leitura invertida da casa, crescente-se, a relação habitante-casa,¹⁵⁶ o vínculo social que ali se inscreve, torna-se opaco. A estratificação do espaço nas moradias senhoriais portuguesas, ibéricas, que aquela lição do **Leal Conselheiro** del-rei D. Duarte nos apresenta já nos começos do século XV, fica fora da cena social.

Para Luís Saia, pelo contrário, a faixa fronteira fora a chave de leitura da “morada paulista”, onde melhor está fixado o caráter daquele agrupamento que se instala no planalto paulista a partir de meados do século XVI para dominar o território; as relações senhoriais que alinham o modo de vida que ali se estabelece, com sua organização estratificada, hierarquizada e militarizada.

Saia, conforme foi indicado no item inicial deste artigo – **Saia, estudioso da arquitetura**, observou que “a fisionomia de uma sociedade se expressa na arquitetura e na arte, assim como “nas alfaías, no vestuário, na maneira de ser e até na alimentação e na fala”.¹⁵⁷ E, no mesmo sentido lógico-histórico, que a solução de planta alcançada em termos de uma coletividade, como foi o caso da “casa bandeirista”, o foi na medida em que respondeu “rendosamente aos termos de um programa peculiar com substância econômica, sociológica, religiosa e doméstica”.¹⁵⁸

Nenhuma das questões acima apontadas, e levadas em conta, de modo geral, nas análises que Saia fez da “morada paulista”, foram ulteriormente levadas em conta, ou retomadas, no sentido de um aprofundamento da investigação e análises com vistas à sua compreensão como fato social e histórico. A historiografia da arquitetura que se seguiu à de Luís Saia não operou, nos últimos quarenta anos e pico, com aparato crítico e conceitual pertinente, em suas abordagens.¹⁵⁹ Além disso, é bom que se diga, praticamente nenhum dos outros

aspectos componentes daquela “fisionomia social” indicados por Saia – arte, religião, alimentação, alfaías, vestuário, maneira de ser, etc. – foram motivo de estudos particularizados, sem que se perdesse de vista, evidentemente, a dimensão macro-social em que eles ganham nexos. Nem mesmo a organização social e/ou a economia do Seiscentos paulista foram, até hoje, motivo de estudo monográfico calcado em fontes seriais pouco ou ainda nada exploradas.

A ideia de que o espaço aberto para o exterior se denominava corredor ou corredores, ao invés de alpendre, foi uma leitura equivocada dos documentos textuais – pode o texto, nele mesmo, dizer tudo, conter “a verdade”? Essa leitura de documentos feita por Carlos Lemos nos processos de inventário e partilhas de bens a respeito do termo “corredor”, repete interpretação que se pode ler na crônica histórica paulista dos anos de 1920-1930 sobre a “época das bandeiras”. E foi com essa retomada do que encontrou na historiografia tradicional, e com a leitura das mesmas fontes utilizadas por ela, que ele procurou se diferenciar de Saia, e mesmo desqualificar as análises do arquiteto do IPHAN, ao qual atribuiu falta de pesquisa (o que não é correto) e, portanto, de não ser “científico”.¹⁶⁰

A utilização de dados coletados na série *Inventários e Testamentos*, documentos transcritos e publicados pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, marca a abordagem do tema pelo arquiteto e professor da FAU-USP Carlos Lemos no item denominado “A casa bandeirista nos inventários do segundo século”, do livro *Notas sobre a arquitetura tradicional de São Paulo* que publica em 1969, pela FAU-USP.¹⁶¹

Essa documentação da Justiça, que ele consultou até o volume nº 40 (1955), alcançava o ano de 1649; entretanto, os processos desse tipo que trazem informações sobre o modo de vida paulista do século XVII e XVIII é muitas vezes maior, inclusive, do que aquilo que foi transcrito e publicado até hoje (parou no vol. 47, com processos do ano de 1654). Lemos tem consciência disso e explicita essa situação no texto a que estou me referindo, mas se limitou basicamente ao material publicado.¹⁶²

Nesse texto, o autor seguiu a leitura e o entendimento que teve da “morada paulista” o jornalista e conhecido desenhista Belmonte (Benedito Bastos Barreto, 1896-1947) no livro *No tempo das Bandeiras*, publicado

em 1939, na mesma linha dos trabalhos de José Alcântara Machado e Affonso de Taunay, publicados na década anterior. Belmonte se publicou o livro *No Tempo dos Bandeirantes*, apoiando-se como eles, entre outras fontes, nos documentos do Arquivo Público do Estado de São Paulo que desde 1920 iam sendo selecionados, transcritos e publicados na série intitulada *Inventários e Testamentos* (naquela altura já perfaziam 30 volumes).¹⁶³

Ao tempo da última edição do livro que cuidou em vida, Belmonte ainda não conhecia os remanescentes de moradas seiscentistas e setecentistas de taipa de pilão, registradas e/ou restauradas e preservadas pelo IPHAN, a partir de 1944. A reedição de 1943, que eu consulto, “Revista, ampliada e definitiva”, é a última antes de sua morte, em 1947, traz alguns desenhos por suposição do que seriam as casas da época das bandeiras, com base na leitura que fez dos documentos.

Os desenhos publicados em nada se parecem com as construções antigas encontradas e fotografadas, e estudadas pelo IPHAN, que Saia divulgou em suas “Notas”, na *Revista do SPHAN* (o vol. 8 foi impresso somente em 1947). São casas inventadas. São edificações que nunca existiram.

O que deve ser demarcado nesses desenhos é o esforço de Belmonte em situar o corredor/corredores que os inventários registravam, da forma como ele entendeu: um espaço aberto nas “casas de morada”, em contato com o exterior. Diz, no livro, que entendia alpendre como sendo aquilo que está nas capelas antigas, como a de S. Miguel Paulista (1622), que tinha à vista ou nas capelas portuguesas antigas que conhecia de algum modo: um telhado sempre fronteiro e avançado em relação às paredes mestras da construção.¹⁶⁴ No seu raciocínio, o alpendre registrado nalgum inventário no tocante à morada de casas, teria que ser igualmente um espaço fronteiro com telhado autônomo.

Mas, e o corredor, peça da morada de casas que ele vê sempre indicada pelos avaliadores, nos inventários? A partir do que ele decide que corredor não seria um espaço interno, mas sim externo? Para ele não há dúvida de que seja uma peça “erguida externamente, ao lado ou ao redor da habitação, sendo parente próxima do alpendre”.¹⁶⁵ Primeiramente, porque encontra várias vezes nos

ditos documentos indicações adicionais de que são “ao lado” ou “ao redor” e, em segundo lugar porque identifica essas indicações com o que viu numa ilustração sobre a igreja da Missão Jesuíta de Trinidad, no Paraguai, que desenha e também põe no livro,¹⁶⁶ com telhados laterais, sustentados por colunas que ele entende como corredores.

No fundo, a interpretação da casa realizada por Carlos Lemos, a partir da leitura dos documentos não difere muito da que fez Benedito Barreto, o Belmonte, pois ambos identificam o corredor como tipo de alpendre e, portanto, como uma peça deslocada da organização interna da moradia. A diferença vem pelo fato que Lemos teve conhecimento das casas remanescentes e viu que nelas o espaço aberto na fachada, de receber, era reentrante e não sob um telhado autônomo. E o chamará de corredor, mesmo sendo na fachada da casa. Nunca de alpendre. Como Belmonte, só vai considerar que deve ser chamado de alpendre o espaço coberto sobre a porta de entrada, aberto, cujo telhado avança em relação às paredes mestras da construção.

Além do seu esboço de interpretação de 1969,¹⁶⁷ nas pegadas de Belmonte, quando publica em 1979 o livro *Arquitetura Brasileira* já está convencido de que o espaço de contato com o exterior, na fachada dessas casas, devia mesmo ser chamado de corredor: “A própria expressão ‘corredor’ – diz Lemos – aqui em São Paulo, desde os primeiros inventários [*post mortem*], sempre designou o característico alpendre da morada bandeirista”.¹⁶⁸ Num texto de 1993,¹⁶⁹ Lemos afirma que só um “desavisado” (o termo é forte) chamaria de alpendre tal espaço. Essa postura confrontante com os estudos reunidos no *Morada paulista* (Saia), será mais incisiva ainda no texto do livro *Casa Paulista*, que publica no final de 1999. A mesma visão continua presente em trabalhos desse autor, recentemente saídos.¹⁷⁰

Para Carlos Lemos, quando nos documentos se fala em alpendre, no que toca às construções residenciais, é por distração, trata-se do corredor alpendrado (aberto) ou “falso alpendre” ou somente corredor, que para ele é tudo a mesma coisa.¹⁷¹

É fato que o termo alpendre aparece muito pouco nos inventários antigos, nas avaliações das moradas de casas; já o termo corredor... Foi isso que distraiu alguns leitores que buscavam tudo ali nos documentos? Talvez.

¹⁶³ BELMONTE. *No Tempo dos Bandeirantes*. São Paulo: Melhoramentos, 2ª ed., s.d (1943).

¹⁶⁴ BELMONTE. *No Tempo dos Bandeirantes*, op. cit., p. 303. Belmonte supôs que frases tais como “corredores de uma e outra banda” ou “corredor para trás”, lidas nos documentos, se referiam a alpendres, ou seja, espaços abertos encolumnados, mas sob o mesmo telhado da residência, e que por não serem fronteiros, com telhado autônomo, eram chamados de corredor e não de alpendre: “os alpendres dos fundos e os laterais não tinham esse nome. Chamavam-se ‘corredores’”, conclui ele, à p. 292, nota 4.

¹⁶⁵ Idem, p. 33.

¹⁶⁶ BELMONTE. *No Tempo dos Bandeirantes...*, op. cit, p. 293.

¹⁶⁷ LEMOS, Carlos. *Notas sobre a Arquitetura Tradicional...*, op. cit.

¹⁶⁸ LEMOS, Carlos. *Arquitetura Brasileira*. São Paulo, Melhoramentos. 1979, p. 67.

¹⁶⁹ LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX. Anais do Museu Paulista [online]. 1993, vol.1, n.1, pp. 95-106v – acesso em <scielo.br/pdf/anaismp/v1n1/a09v1n1>.

¹⁷⁰ LEMOS, Carlos A. C.. Uma nova proposta de abordagem da história da arquitetura brasileira, *Vitruvius*, revista online - Arqtextos 141.00 história, ano 12, fev. 2012. Acesso em: <vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/12.141/4214>.

¹⁷¹ LEMOS, Carlos. *Notas sobre a Arquitetura Tradicional...*, op. cit., p. 22.

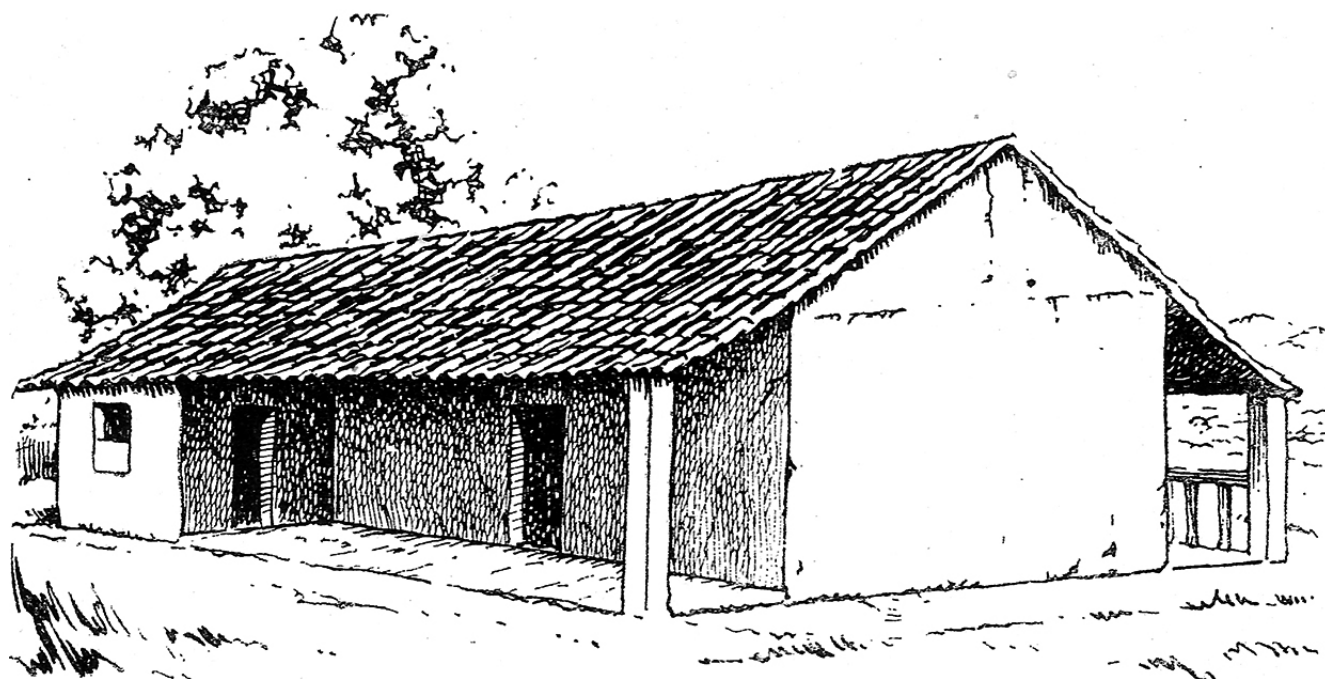
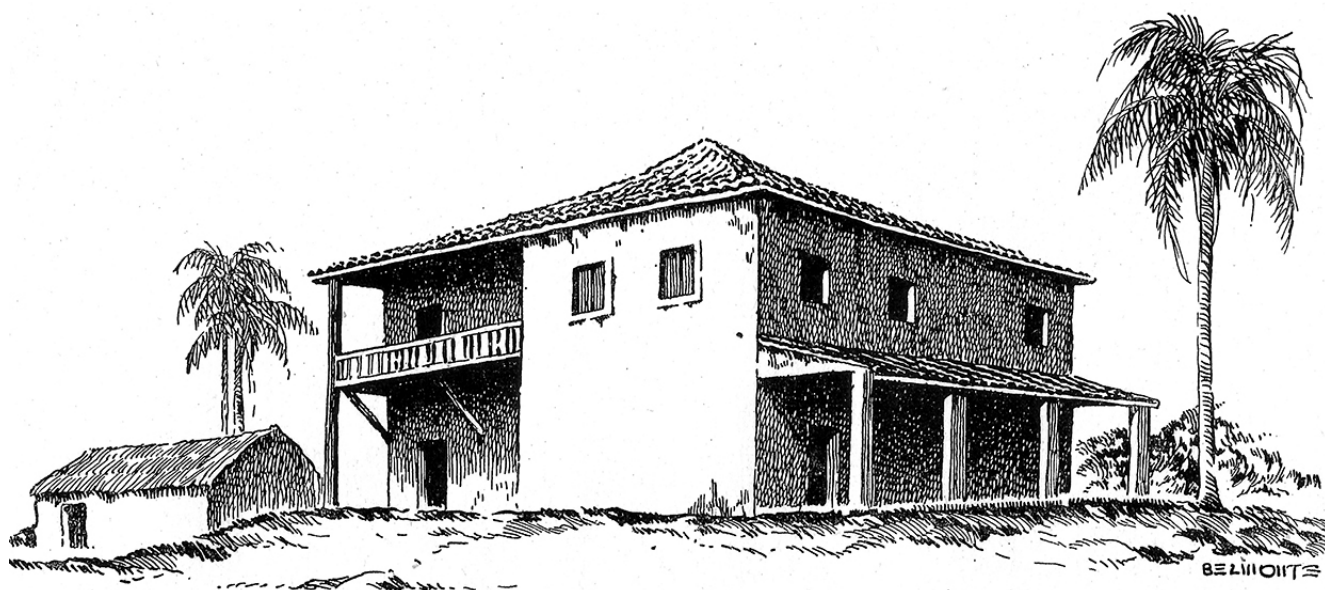


Figura 29 (topo): Belmonte assim imaginou a «moradia paulista», a partir da sua particular leitura de antigos documentos: desenhou as casas que nunca existiram. Fonte: *No tempo dos Bandeirantes*, op. cit., p. 46.

Figura 30: Belmonte: “tipo de casa rural”. Outro desenho por suposição, de como ele imaginava a morada de casas “com seus corredores”. Fonte: *No tempo dos Bandeirantes*, op. cit., p. 46.

Já foi dito mais acima que é confiável a afirmação do padre jesuíta Manuel da Fonseca, embasada na sua vivência e no testemunho dos paulistas antigos que entrevistou na década de 1740, sobre ser o alpendre – isto é, o espaço tratado por essa designação – com uma recâmara ou casa de hóspedes e, por vezes, um oratório na fachada das residências rurais uma característica regional; aliás, as próprias construções remanescentes identificadas pelo antigo SPHAN nos levam a concluir nesse sentido. Mais ainda: esse fato é confirmado por vários documentos, como aquele trecho do inventário de Pedro Nunes, de 1623, figurando entre os exemplos de documentos lançados por ele ao correr da tinta em suas *Notas sobre a Arquitetura Tradicional de São Paulo* (1969): “o qual sítio... Ipiranga com seu alpendre e duas camarinhas no alpendre”.¹⁷²

O Corredor: “Contignatio”

O que era um corredor para os portugueses do Reino e do Brasil, já que alpendre ele não era? A chave dessa questão já foi apontada e está indicada pelos elementos para os quais Saia chamou a atenção: os repartimentos e a armação de tabuado que assobrada as “casas bandeiristas”, correspondentes a temas abordados pela tratadística clássica (Vitruvio) e pelos tratados de arquitetura escritos a partir do Renascimento.

O conhecido padre jesuíta Bento Pereira (1605-1681), na sua *Prosodia in vocabularium bilingue, Latinum, et Lusitanum digesta*, publicada pela primeira vez em 1634, diz esclarecedoramente: “**Lanço de cubículos. Vide Corredor**” (negritos meus - JBT).¹⁷³ É nessa acepção que o termo comparece nos “Inventários e Testamentos” dos paulistas de antigamente.

Nas primeiras edições da *Prosodia* de Bento Pereira, no século XVII que pude consultar não vem a citada informação sobre o termo corredor. A edição mais antiga que consultei e a de 1723. Mas em outros textos do início do século XVII encontramos essa correspondência entre corredor e lanço de cubículos.

Antes do Padre Pereira, em 1621, outro português, Amaro Roboredo, no seu *Raizes da lingua latina: mostradas em hum trattato, e dicionario*,¹⁷⁴ estabelece já uma relação entre corredor e uma construção completa, através do conceito clássico de “contignatio”, **quando o correr de cubículos**

engendra sobrado: “Contignatio: travejamento, emadeiramento, sobrado, entresolho. corredor. Hisp. Entresuelo, sobrado, corredor” (negritos meus - JBT).

Nessa acepção, o corredor chega a ser mesmo um sinônimo de edifício. Aparece como sinônimo de ala ou lanço que deve constituir uma das quadras de um convento, com as divisões ou repartimentos que ele contém - há muitos exemplos nesse sentido nas crônicas das ordens e congregações religiosas.

E se uma ala ou edifício tem dois pavimentos, podem ser encontradas referências a ele distinguindo o “corredor alto” e o “corredor de baixo”. Um exemplo disso pode ser lido no livro *Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio de Jesus de Coimbra...* (1719), do Padre António Franco. Num trecho, ele se refere à construção (que também chama de “grande lanço de aposentos”), “que se vê feito para a parte do Norte, & Oriente assim do corredor de cima, como de baixo, com seus cubículos, abóbadas, que servem de celeiros, & adegas”.¹⁷⁵

A literatura jesuítica, desde o início do século XVII é pródiga em utilizar o termo corredor nesse sentido, o de lanço de cubículos,¹⁷⁶ como mostra bem esse trecho da *Chronica da Companhia de Jesus, da provincia [jesuíta] de Portugal*, do P. Baltazar Teles:

*No Colégio pediu licença ao Padre Reitor para habitar o corredor da terra (que assim chamamos àquele lanço de dormitório, que fica no andar da rua) no qual estão algumas oficinas da casa, aonde nenhum dos nossos habitava (negrito meu - JBT).*¹⁷⁷

Ou, ainda, um relato mais antigo, do seu confrade, o P. Fernão Guerreiro, publicado em 1609:

*Recolhemo-nos [em Baroa, Etiópia] enfim nos corredores, & celas que cá nos deixaram edificadas aqueles santos, & Apostolicos varões nossos antecessores, os quais são duas casinhas térreas de palha, & bem pequenas.*¹⁷⁸

E, em relação ao Brasil, o conhecido Padre Simão de Vasconcelos no *Vida do Padre João de Almeida da Companhia de Jesus* (1658):

Quizeram os Padres da nossa Companhia acabar d’aperfeiçoar de todo a Obra do Colégio do Rio de

¹⁷² LEMOS, Carlos. *Notas sobre a Arquitetura Tradicional...*, op. cit., p. 23.

¹⁷³ PEREIRA, Bento (S. I.). *Prosodia in vocabularium bilingue, Latinum, et Lusitanum digesta, in qua dictionum significatio, et syllabarum quantitas expenditur*. A edição que estou usando é de 1723, Évora, Ex Typographia Academiae.

¹⁷⁴ Bento Pereira e Amaro Roboredo são figuras essenciais da lexicografia portuguesa.

¹⁷⁵ FRANCO, António. *Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio de Jesus de Coimbra em Portugal*. Coimbra: Officina da Universidade, 1719, p. 396.

¹⁷⁶ TELLES, P. Baltasar (S.I.). *Chronica da Companhia de Iesu, da provincia de Portugal*. Lisboa: Paulo Crasbeeck, Segunda Parte, 1647, pp. 107, 111.

¹⁷⁷ Idem, p. 238.

¹⁷⁸ GUERREIRO, P. Fernão (S.I.). *Relaçam annal das cousas que fizeram os padres da Companhia de Iesus nas partes da India Oriental, & em algumas outras da conquista deste reyno no anno de 606. & 607. & do processo da conversao, & christandades daquellas partes*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1609, p. 179.

179 VASCONCELLOS, Simão de. *Vida do p. Joam d'Almeida da companhia de Iesu, na provincia do Brazil*. Lisboa: Officina Caraesbeeckiana, 1658, p. 268.

Figura 31: Plantas e corte da Casa do sítio do Padre Inácio, em Cotia - SP. Notar - no corte e 2ª planta - o pavimento assobradado ou «corredor» que serve de forro ao correr de camarinhas ou compartimentos do pavimento térreo, ao redor da casa, a menos do salão central. Fonte: O desenho ilustra o artigo de Luís Saia para a Revista do IPHAN, vol. 8, de 1944.

*Janeiro, que podendo competir na Magnificencia do Edifício com os mais suntuosos, que tem a Companhia em Europa, estava com tudo ainda para a parte, que cai sobre a Cidade, com um Corredor de Taipa; este se derrubou, & em seu lugar se levantou outro de Cantaria, que somente teve de defeito ficar mais soberbo que os outros tres, que fechavam a Quadra.*¹⁷⁹

O corredor, enquanto casas ou quartos contíguos, enquanto correr de compartimentos ou “lanço de cubículos” implica na armação de forro, o que cria um assobradado, uma armação em tabuado de uso para guarda de trastes ou alimentos ou quiçá, também, para dormir.¹⁸⁰

O *Dictionarium* de Elio António de Nebrija, publicado em 1513, registra o termo latino *contignatio* significando os termos correntes em Espanha associados à construção: *contignatio* – *onis* quer dizer soberado [sobrado] ou alcorfa (termo árabe para sobrado, na Espanha), como também enmadeiramento.¹⁸¹ Num dos verbetes mais específicos do Nebrija: “*Contignatio. onis. el sobrado de casa*”.

Se Nebrija dá o vocábulo *contignatio* como equivalente ao espanhol “tablado”, o dicionarista português Jerônimo Cardoso, por sua vez, humanista, que estudou em Salamanca, chamado de “pai da lexicografia portuguesa”, registra que o termo

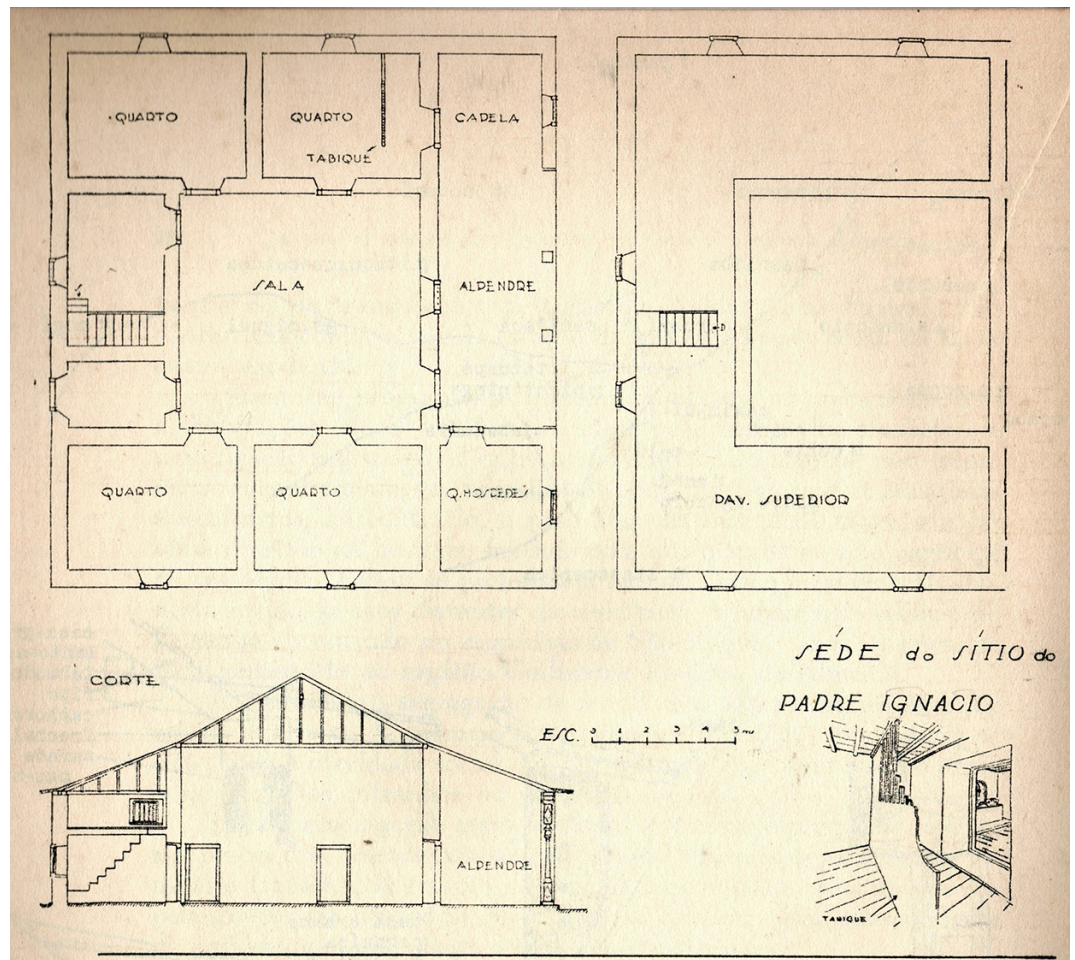




Figura 32: Detalhe do “sobrado” da Casa do Sítio do Padre Inácio, em Cotia - SP. Vista Parcial. Fonte: Foto de Germano Graeser, após o restauro em 1958. Acervo IPHAN - SP.

¹⁸⁰ SAIA, *Morada...*, op. cit., p. 73-75. Na maioria das casas remanescentes, como informa Saia, salvo na casa do Sítio do Padre Inácio e nos sítios Jabaquara e Tatuapé, os compartimentos assobradado, servindo de forro aos quartos, são de pé-direito exiguo.

¹⁸¹ NEBRIJA, Elio Antonio de. *Dictionarium Ael. Antonii Nebrissensis cum ex alijs eiusdem Autoris cometarijs: tum ex Lexico latino nondum edito: varia & multiplici accessione et locupletatum*. Salamanca: 1513.

¹⁸² CARDOSO, Jerônimo (1508-1569). *Dictionarium latino lusitanicum, et lusitanico latinum: cum aliquorum adagiorum et humaniorum historiarum, et fabularum perutile expositione*. Lisboa: ex officina Laurentij de Anveres, 1643.

latino *tabulatum*, a armação de tábuas e vigas, em português equivale a “sobrado, ou corredor”.¹⁸² Cardoso antecede em muito Roboredo e Bento Pereira.

Vale adicionar o que registra sobre o tema o lexicógrafo e padre dominicano Diego Ximénez Arias, cujo *Lexicon Ecclesiasticum Latinohispanicum* conheceu várias edições a partir de 1578: “Contigno, nas. Sobradar com tablas. Inde contignatio, onis. El sobrado de la casa y corredor, aora esté ensolado de cal y ladrillo, aora no”.¹⁸³

Em suma, o termo “corredor” - nos ensinam os antigos dicionários da língua portuguesa e espanhola - é, também, o mesmo que “contignatio”, termo de arquitetura / construção que remonta, na tradição, aos *Dez Livros de Arquitetura* de Vitruvio, especialmente o livro VII.

Disseminada a cultura da Antiguidade clássica pelos estudiosos das Humanidades, no século XV, a tardia obra do arquiteto romano Marcus Vitruvius Pollio, da segunda metade do 1º século DC, o *De Architectura* (os *Dez Livros*) encontrou em filósofos, filólogos e latinistas, arquitetos, e entre letrados

(sacerdotes e leigos), seus leitores, comentadores e difusores – mais especialmente os arquitetos, os tratadistas de arquitetura dos alvares à plenitude do Quinhentos – Alberti, Serlio, Palladio, Scamozzi e Vignola, e seus êmulos, inclusive na Península ibérica.¹⁸⁴ A não esquecer: o *De re aedificatoria* de Leon-Battista Alberti foi traduzido para o português por André de Rezende, cerca de 1550 e, antes disso, o matemático Pedro Nunes, traduzira Vitruvio (1542).¹⁸⁵

Por fim, reiterando os significados veiculados em dicionários e na tratadística da Época Moderna encontramos no livro do padre jesuíta austríaco Christiano Rieger, *Elementos de toda la arquitectura civil* (1763), a seguinte explicação – a par de discorrer sobre o seu emprego - para “contignatio”,¹⁸⁶ no sentido de repartimentos da casa ou casas (mantenho a citação tal como no original, em espanhol):

Alto, ó Contignacion – nos ensina o Padre Rieger - es una composición de Vigas (...). Comunmente, en sentir de buenos Latinos, este Enmaderamiento constituye todas las partes de las habitaciones, que estrivan en un mismo plano horizontal, y assi en este nombre [contignatio] comprehendemos

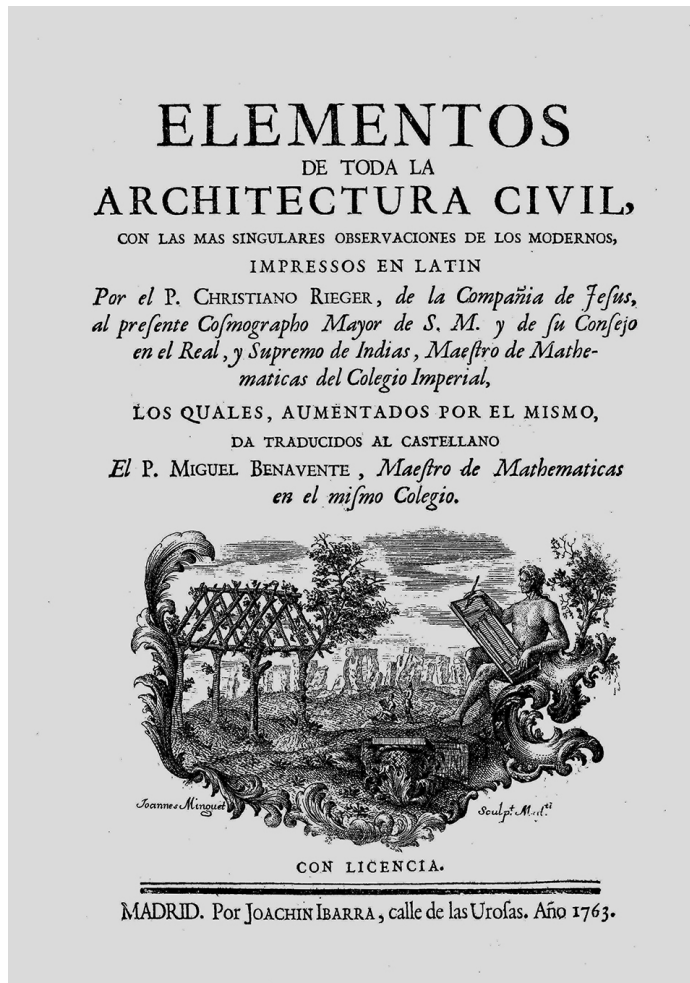
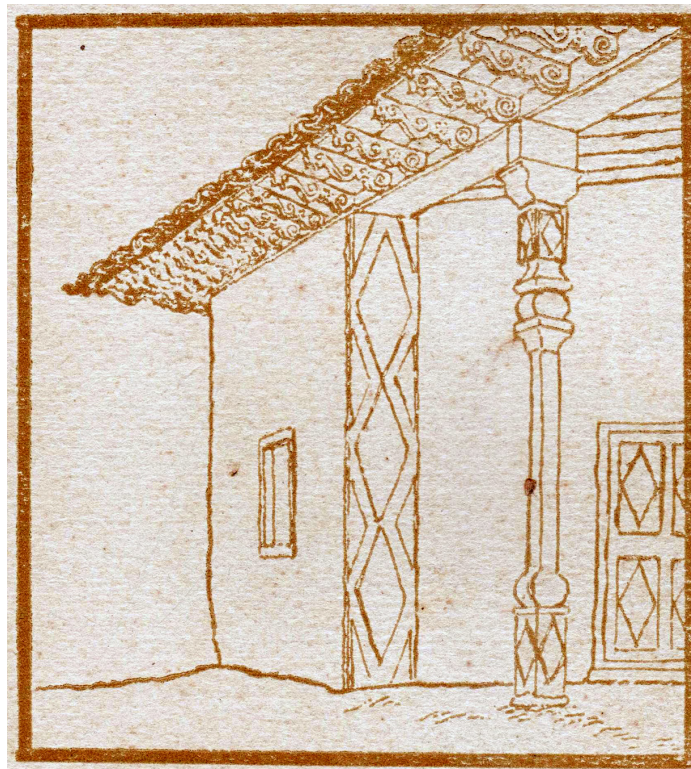


Figura 33 (topo): Estampa da capa do livro *Elementos de Toda la Arquitectura Civil* (1763) do Padre Rieger. Fonte: Biblioteca Digital da Sociedad Española de Historia de La Construcción (acessível em: <gilbert.aq.upm.es/sedhc/biblioteca_digital/Portadas/T-036.jpg>.

Figura 34: Desenho de detalhe do alpendre da casa-grande do Sítio do Padre Inácio. Fonte: Ilustração da capa do número 8 da Revista do SPHAN de 1944.



183 XIMÉNEZ ARIAS, Diego. *Lexicon ecclesiasticum latino hispanicum: ex Sacris Bibliis, conciliis, pontificum ac theologorum decretis ... concinnatum ...* Barcelona: ex typographia Sebastiani a Cormellas, acosta de Raphael Vives, 1613, p. 84 (a Licença rega para imprimir é de 1565).

184 Na Espanha e Portugal, Francisco de Villalpando, Juan Arfe y Villafañe, Filipo Terzi, Juan Bautista de Toledo, Juan de Fox, Juan de Herrera, António Rodrigues, Leonardo e Diogo Turriano, entre outros.

185 TAVARES, Domingos. António Rodrigues. *Renascimento em Portugal*. Porto: Dafne, 2007.

186 RIEGER, Christiano. *Elementos de Toda la Arquitectura Civil, con las más singulares observaciones de los modernos, impresos en latín por el P. Christiano Rieger, los cuales aumentados por el mismo, da traducidos al castellano por el P. Miguel Benavente*. Madrid: Impreso por Joachin Ibarra, 1763. Acesso na página-web da Sociedad Española de Historia de la Construcción: <gilbert.aq.upm.es/sedhc/index.htm>. A edição em latim é de 1756.

bastantemente bien todos los ámbitos, que se incluyen dentro de los Muros, y se juzgan necesarios à una completa habitacion, y que corresponden à una misma Seccion horizontal de la Casa. Los Griegos llaman este Enmaderamiento, y nosotros propriamente le llamamos Alto, ó quarto de Casa. Un alto entero, ó una parte principal, que sirve a una habitacion considerable, se llama Estancia, y segun los Franceses Apartement, apartamento. Así por una tal separacion se entiende toda una serie de piezas, salas, &c. que pertenecen à una Estancia, ó alojamiento comun. (negritos meus - JBT)

Referências bibliográficas

ALBERTI, Leon Battista. De Re Aedificatoria. Madri: AKAL, 2007, p. 197-200. Acesso em: <books.google.es/books?id=prZufJMDFFcC&hl=es&source=gbv_navlinks_s>.

ALBERTI, Leone Baptista. Los Diez Libros de Architectura. Madri: Alonso Gomez, Impressor de Su Magestad, 1582. Acesso em: <books.google.es/books?id=BphbAAAAcAAJ&hl=es&source=gbv_navlinks_s>.

AMARAL, Aracy. A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antônio. São Paulo: Nobel, 1981.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de (Coord.). Luís Saia: memória e política, Brasília-DF, IPHAN, 2014.

ANDRADE, Mário de. Mário de Andrade: cartas de trabalho. Correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade, 1936–1945. Brasília: Sphan; Pró-Memória, 1981.

ANDRADE, Oswald. Telefonema. Obras Completas X. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974, p. 93-94.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Alpendres na Arquitetura Religiosa: revendo as teorias. Barroco, Belo Horizonte, nº 12, p. 71-85.

BARROS, João de. Década II, Lisboa, 1553, livr. 6º, cap. 9, in LAPA, Manuel Rodrigues (org.) Historiadores Quinhentistas, Lisboa, seara Nova, 1972.

BASSEGODA I HUGAS, Bonaventura. Notas sobre las fuentes de las Medidas del Romano de Diego de Sagredo. Boletín del Museo e Instituto Camón Aznar, XXII, 1985, pp. 117-125.

BELMONTE. No Tempo dos Bandeirantes. São Paulo: Melhoramentos, 2ª ed., s.d (1943).

BELMONTE. No tempo dos Bandeirantes, S. Paulo: Melhoramentos, em 1938.

BLAJ, Ilana. A trama das tensões. O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721). São Paulo, tese de doutoramento, FFLCH - USP, 1995.

BLUTEAU, Padre Rafael. Vocabulario portuguez & latino ... Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva, 1716.

Boletim do SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Na zona rural, mais uma casa bandeirista”, Boletim do SPHAN, nº 07, JUL./AGO. 1980, 13 – acesso em: <docvirt.no-ip.com/docreader.net/WebIndex/WIPagina/BOL_SPHAN/449>.

CACEGAS, Fr. Luís de (O.P.). Historia De S. Domingos Particular Do Reino E Conquistas de Portugal. Lisboa: Volume I, Parte Primeira, Livro Segundo (Fr. Luís de Sousa, 1623), 1767.

CALDAS, João Vieira A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII. Porto: Universidade do Porto, FAUP - Faculdade de Arquitectura e Urbanismo, 1999, p. 5.

CARDOSO, Jerônimo (1508-1569). Dictionarium latino lusitanicum, et lusitanico latinum: cum aliquorum adagiorum et humaniorum historiarum, et fabularum perutile expositione. Lisboa: ex officina Laurentij de Anveres, 1643.

Casa Bandeirista. Itaquaquecetuba. Fotos de Massao. Acesso em: <panoramio.com/user/21280/tags/Itaquaquecetuba>.

CASTRO, Armando. Camões e A Sociedade do Seu Tempo. Lisboa, Caminho, 1980.

CATROGA, Fernando. Memória, História e Historiografia. Coimbra: Quarteto, 2001.

CHAVES, Maria Adelaide Godinho Arala. Formas de Pensamento em Portugal no século XV. Lisboa: Livros Horizonte, 1969.

COLI, Jorge. O restauro e o tempo: O estudo, projeto e realização d'A casa da tulha pelo arquiteto Antonio da Costa Santos, Vitruvius, Arquitectos174.00, restauro - ano 15, nov. 2014. Acesso em: <vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/15.174/5350>

COLLINGWOOD SELBY, Elizabeth. El filo fotográfico de la historia: Walter Benjamin y el olvido de lo inavoidable. Santiago (Chile): Metales Pesados, 2009.

CONDE, Manuel Sílvia Alves; VIEIRA, Marina Afonso, A habitação e a arquitectura corrente do Norte Transmontano em finais da Idade Média, in GONÇALVES, Iria (coord.), Paisagens rurais e urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005, pp. 65-122.

COSTA, P. Antônio Carvalho da. Corografia portugueza: e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas & lugares Lisboa: volume 3, 1869 (1ª reedição, facsimilar, da obra publicada em 1712), p. 153.

COVARRÚBIAS OROZCO, Sebastián. Tesoro de la Lengua Castellana o Española. Madri: imp. Luís Sánchez, 1611.

CUNHA, Capitão Jacinto Rodrigues da. Diário da Expedição de Gomes Freire de Andrade às Missões do Uruguay (1756), Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 16, 1853.

Diccionario de la lengua castellana, Madri: Real Academia Española, Tomo I, 1726. Ver o vocábulo Algorfa.

Dicionario de Dicionarios. Corpus lexicográfico da lingua galega. USC – Instituto da Lingua Ga-

- lega, Universidade de Santiago de Compostela. Acesso em: <slu.uvigo.es/ddd/ddd_pesquisa.php?pesquisa=ALPENDRE&tipo_busca=lema>.
- Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), da Secretaria de Estado da Cultura, Portugal. Casa da Quinta ou Paços da Baía – texto de Catarina Oliveira. Acesso em: <patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/155649>.
- Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), da Secretaria de Estado da Cultura, Portugal. Solar dos Távora – texto de Catarina Oliveira. Acesso em: <patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73389>.
- DOSSE, François. A História em Migalhas: dos Annales à Nova História. São Paulo: Edusc, 2003.
- Duarte D’Armas. Livro das Fortalezas (Duarte de Armas, 1510). Fac-simile do Ms. da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2.ª edição. Edições Inapa, 1997.
- DUARTE, Paulo. Mário de Andrade por ele mesmo. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1977, p. 283.
- FONSECA, Manuel da (S. J.). Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes da Companhia de Jesus da Província do Brasil. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1932 (1ª Ed. Lisboa, 1752),
- FRANCO, António. Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio de Jesus de Coimbra em Portugal. Coimbra: Officina da Universidade, 1719.
- GALANTE, Luís Augusto Vicente. Uma história da circulação monetária no Brasil do século XVII. Brasília: Universidade de Brasília, Tese de Doutorado em História Cultural, Instituto de Ciências Humanas, 2009, p. 202 e segs. Acesso em: <bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5165>.
- GONÇALVES, Cristiane Souza. A experiência do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em São Paulo: o caso da restauração do Sítio Santo Antônio, 1940-1947. Revista da Pós, FAU-USP, n. 21 - São Paulo, junho 2007 p. 168-187 – acesso em: <revistas.usp.br/posfau/article/download/43514/47136>.
- GONÇALVES, Cristiane. Restauração arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975. São Paulo: Annablume, 2007.
- GUERREIRO. P. Fernão (S.I.). Relaçam annal das cousas que fizeram os padres da Companhia de Iesus nas partes da India Oriental, & em algumas outras da conquista deste reyno no anno de 606. & 607. & do processo da conversao, & christandades daquellas partes. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1609.
- LEMOS, Carlos A. C. Uma nova proposta de abordagem da história da arquitetura brasileira, Vitruvius, Arqtextos 141.00, história ano 12, fev. 2012. Acesso em: <vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/12.141/4214>.
- LEMOS, Carlos A. C.. Uma nova proposta de abordagem da história da arquitetura brasileira, Vitruvius, revista online - Arqtextos 141.00 história, ano 12, fev. 2012. Acesso em: <vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/12.141/4214>.
- LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX. Anais do Museu Paulista [online]. 1993, vol.1, n.1, pp. 95-106v – acesso em: <scielo.br/pdf/anaimp/v1n1/a09v1n1>.
- LEMOS, Carlos. Arquitetura Brasileira. São Paulo, Melhoramentos. 1979.
- LEMOS, Carlos. Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo: EDUSP, 1999.
- LEMOS, Carlos. Notas sobre a Arquitetura Tradicional de São Paulo. São Paulo, FAU/USP, 1969.
- LEMOS, Carlos. Notas sobre a arquitetura tradicional de São Paulo. São Paulo: FAU-USP, Departamento de História, p. 19-26, 1969.
- LOWANDE, Walter. Os sentidos da preservação: história da arquitetura e práticas preservacionistas em São Paulo (1937-1986). Dissertação de Mestrado, UFOP Mariana - MG, 2010.
- MACHADO, José de Alcântara. Vida e Morte do Bandeirante. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980 (1ª edição, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1929).
- MASSOT I MUNTANER, Josep. Estudis de llengua i literatura en honor de Joan Veny. Barcelona: L’Abadia de Montserrat, Volumen 1, 1997.
- MATA CARRIAZO, Juan de. En la frontera de Granada. Granada: Editorial Universidad de Granada, Sevilla, 1971.
- MAYUME, Lia. Taipa, canela-preta e concreto. Estudo sobre o restauro de casas bandeirista. São Paulo: Romano Guerra, 2008.
- MONTEIRO, Frei Pedro. Da Santa Inquisição Do Reyno De Portugal, e suas Conquistas... Lisboa: Sylviana, Primeira Parte, Livro Segundo, 1750.
- MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- Monumenta Henricina, Volume IV (1431-1434). Coimbra: Universidade de Coimbra, Biblioteca Geral, 1962.
- MORAES, Antonii Carlos Robert. Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MORAIS SILVA, António. Diccionario da lingua portuguesa. Lisboa: Oficina de S. T. Ferreira, 1789.
- MOURA FILHA, Maria Berthilde. Arquitetura e arte no Brasil colonial – uma miscigenação de formas e fazeres, Anais do II Encontro Internacional de História Colonial – Mneme, Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008 – acesso em: <cerescaico.ufrn.br/mneme/anais>.
- NEBRIJA, Elio Antonio de. Dictionarium Ael. Antonii Nebrissensis cum ex alijs eiusdem Autoris cometarijs: tum ex Lexico latino nondum editio : varia & multiplici accessione e locupletatum. Salamanca: 1513.
- PALLADIO, Andrea. I quattro libri dell’architettura. Veneza: Domenico di Franceschi, 1570. Acesso em: <books.google.it/books?id=IzNeAAAAcAAJ&pg=PA81&dq=

- I+quattro+libri+dell'Architettura&hl=pt-BR&sa=X&ei=LsI9VcSfFs7hsATHu4GQBw&ved=0CCAQ6wEwAA#v=onepage&q&f=false>.
- PASSINI, Jean. Casas y casas principales urbanas: el espacio doméstico de Toledo a fines de la Edad Media. Toledo: Universidad Castilla-La Mancha, Casa de Velázquez, 2004.
- PEREIRA, Bento (S. I.). Prosodia in vocabularium bilingue, Latinum, et Lusitanum digesta, in qua dictionum significatio, et syllabarum quantitas expenditur. Évora: Ex Typographia Academiae, 1723.
- PINAULT Michel, Quels “combats pour l’histoire” aujourd’hui ?, Histoire & Sociétés, Numéro 25-26/2e trimestre 2008.
- RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.
- RIEGER, Christiano. Elementos de toda la arquitectura civil, con las más singulares observaciones de los modernos impresos en latín. Madri: 1763. (a edição em latim é de 1756)
- ROBOREDO, Amaro de. Raízes da língua latina: mostradas em hum trattato, e dicionario: isto he, hum compendio do Calepino... Lisboa, 1621.
- ROSA, Antonio Joaquim da. A Cruz de Cedro. São Paulo: Editora Monteiro Lobato, 1924.
- RUÍZ DE LA RIVA, Eduardo. Casa y aldea en Cantabria: un estudio sobre la arquitectura del territorio en los Valles del Saja-Nansa. Santander: Ed. Universidad de Cantabria, 1991.
- RUSKIN, John. Las Siete Lámparas de la Arquitectura. Pamplona: Aguilar, 1964.
- SAIA, Luís. Morada paulista. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- SAIA, Luís. Origens da Casa Brasileira, Panorama, n. 3, março de 1936.
- SAIA, Luís. Um detalhe de arquitetura popular, Revista do Arquivo Municipal, ano 4, vol. XL, p. 15-22, out. 1937.
- SERLIO, Vincenzo. Tutte l’opere d’architettura et prospettiva di Sebastiano Serlio. Veneza: 1584 (reunida por Vincenzo Scamozzi). Acesso em: <digli.ub.uni-heidelberg.de/diglit/serlio1584/0001?sid=a1e09a587347e08337bf370056ed72d4>.
- SERNA, Justo e PONS, Anacleto. Cómo se escribe la microhistoria. Madri: Cátedra, 2000.
- SOMBRA, Fausto. Luís Saia e Lúcio Costa: a parceria no Sítio Santo Antônio, Vitruvius, Arqtextos 161.03, patrimônio, ano 14, out. 2013. Acesso em: <vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/14.161/4915>.
- TAVARES, Domingos. Antônio Rodrigues. Renascimento em Portugal. Porto: Dafne, 2007.
- TELLES, P. Baltasar (S.I.). Chronica da Companhia de Iesu, da provincia de Portugal. Lisboa: Paulo Crasbeeck, Segunda Parte, 1647.
- TRINDADE, Jaelson Bitran. Patrimônio e história: a abordagem territorial. Revista do Patrimônio, n. 34, 2012, p. 303-335.
- TRINDADE, Luíza. Casas da Câmara ou Paços do Concelho: espaços e poder na cidade tardo-medieval portuguesa, in RIBEIRO, Maria do Carmo, MELO, Arnaldo Sousa (coords.), Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia, Braga, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, 2012, p. 214-217. Acesso em: <ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_Pa%20os%20do%20Concelho%20-%20%20o%20espa%20e%20poder%20na%20cidade%20tardo-medieval%20portuguesa.pdf>.
- VALENTINI, Luísa. Nos “arredores” e na “capital”: as pesquisas da Sociedade de Etnografia e Folclore (1937-1939), Ponto Urbe, n. 5, Revista do Núcleo de Antropologia Urbana, USP. Acesso em: <pontourbe.revues.org/1355>.
- VALENTINI, Luísa. Um laboratório de antropologia: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss (1935-1938). São Paulo, Universidade de São Paulo, FFLCH, Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia, 2011. Acesso em: <google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.teses.usp.br%2Fteses%2Fdisponiveis%2F8%2F8134%2Fde-06062011-132611%2Fpublico%2F2010_LuisaValentini.pdf&ei=hpQ1VdfxK4XesAXrhYHgBA&usq=AFQjCNHjWya1wjomr3JCj2EK2RosgVLT6A>.
- VASCONCELLOS, Simão de. Vida do p. Joam d’Almeida da companhia de Iesu, na provincia do Brazil. Lisboa: Officina Caraesbeeckiana, 1658.
- VIEIRA, Antônio. Sermões. Padre Antônio Vieira. Tomo II. Organização e introdução, Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2001.
- VIOLA ZANINI, Giuseppe. Della architettura di Gioseffe Viola Zanini padouano pittore, and architetto, libri due ne’ quali con nuoua simmetria, and facolta si mostrano le giuste regole dei cinque ordini di detta architettura. Padova: 1629, p. 321 – acesso em: <books.google.it/books?id=MInFgwK6-kUC&hl=it&source=gb_s_navlinks_s>. Outro exemplo é a Notizia de’ vocaboli ecclesiastici con la dichiarazione delle ceremonie... do Cónego Domenico MAGRO MALTESE, da Catedral de Viterbo e Sagrada Congregação do Index, editada em Roma em 1650 – a edição que consultei é a de 1669, com acesso em: <books.google.it/books?id=EOxMAAAAcAAJ&hl=it&source=gb_s_navlinks_s>.
- VV.AA. Curso de Bandeirologia, Departamento Estadual de Informações, S. Paulo, 1946.
- XIMÉNEZ ARIAS, Diego. Lexicon ecclesiasticum latino hispanicum: ex Sacris Bibliis, conciliis, pontificum ac theologorum decretis ... concinnatum ... Barcelona: ex typographia Sebastiani a Cormellas, acosta de Raphael Vives, 1613. (a Licença rega para imprimir é de 1565).
- ZURARA, Gomes Eanes de. Chronica de el-rei D. João I: (3. pte.) Em que se contem a tomada de Ceuta. Lisboa: Escriptoria, Terceira Parte, 1899.